



# RELATÓRIO E CONTAS 2016



**metromondego**

# RELATÓRIO E CONTAS 2016

## Índice

1.	ENQUADRAMENTO .....	3
2.	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL .....	5
3.	ATIVIDADE GERAL DA EMPRESA .....	7
A.	Implementação da 1ª Fase – Linha Verde – Linha da Lousã .....	7
B.	Implementação da 2ª Fase – Linha Amarela – Linha do Hospital .....	8
C.	Planeamento de médio e longo prazo e integração com o ordenamento do território .....	13
D.	Serviços Rodoviários Alternativos ao Ramal da Lousã .....	14
E.	Comunicação e divulgação .....	16
4.	CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS .....	16
A.	Objetivos de gestão .....	16
B.	Gestão do risco financeiro .....	17
C.	Prazo médio de pagamentos .....	17
D.	Recomendações do acionista .....	17
E.	Remunerações .....	18
F.	Artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público .....	20
G.	Despesas Não Documentadas .....	21
H.	Relatório sobre remunerações .....	21
I.	Contratação pública .....	21
J.	Relatório anual sobre prevenção da corrupção .....	22
K.	Sistema Nacional de Compras Públicas .....	22
L.	Frota automóvel .....	22
M.	Medidas de redução de gastos operacionais .....	23
N.	Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado .....	23
O.	Tribunal de Contas .....	24
P.	Informação divulgada no site do Setor Empresarial do Estado (SEE) a 31 de Dezembro de 2016 .....	24
Q.	Quadro resumo .....	25
5.	GESTÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA .....	26
A.	Análise da atividade .....	26
B.	Análise dos custos de estrutura .....	28
6.	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS .....	31
7.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	32
8.	NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	38
9.	CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS .....	65
10.	RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO .....	69

## 1. ENQUADRAMENTO

O ano de 2016 não correspondeu, ainda e infelizmente, ao anúncio que se aguarda da solução relativa ao relançamento do projeto.

O quadro económico verificado nos anos anteriores e a dificuldade/impossibilidade prática em garantir a disponibilização de Fundos Comunitários – aguardando-se a apresentação dos estudos finais solicitados ao Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) - não permitiu ultrapassar a *"situação de indefinição e/ou não decisão que o projeto do Sistema de Mobilidade do Mondego (SMM)"* tem vindo a sofrer. Recorda-se a decisão expressa no Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas e no Regime Jurídico dos Transportes que se referem ao SMM como a necessidade de encontrar *"soluções para a concretização deste projeto que permitam reduzir significativamente o seu volume de investimento e custos de funcionamento e que ofereçam uma resposta adequada às necessidades de mobilidade das populações e melhor enquadrada no volume de procura estimada para este projeto, recentemente corrigido face aos valores originais do projeto"*. Necessidade de pensar o projeto, principalmente, no que respeita aos valores de investimento e ao calendário e ultrapassagem da situação atual.

Deverá, por outro lado, sublinhar-se a afirmação repetida do apoio à continuação/conclusão do projeto, por parte dos acionistas e principais decisores políticos, refletindo, por um lado, os constrangimentos e, por outro lado, os novos desafios sociais e da mobilidade, bem como o avultado e significativo volume de investimentos realizadas: em estudos, projetos (concluídos) e obras, nomeadamente, na Linha da Lousã (em 30,6 Km), com o anterior serviço ferroviário desativado, (entre Coimbra-Parque e Serpins, substituído por transportes alternativos rodoviários) e na abertura do canal de atravessamento da Baixa de Coimbra.

A Metro Mondego adotou, no decorrer de 2016, uma estratégia de gestão corrente com minimização de assunção de compromissos de investimento para além dos já estabelecidos e imprescindíveis, numa atitude de redução de despesa em sintonia com orientações exigidas pela Tutela.

Recorde-se que a atualização e (re)análise em curso virá, estamos certos, confirmar que a realização do projeto se traduzirá num benefício para toda a Sociedade, quer em termos sociais como económicos. Mas, talvez, mais importante, deve assegurar a criação de um sistema de mobilidade moderno, eficaz e atrativo, em resposta às necessidades atuais e adequado (potenciando) ao modelo de desenvolvimento que a região e o país necessitam.

Destaque-se a colaboração prestada à tutela técnica (Secretaria de Estado das Infraestruturas) no desenvolvimento das ações visando a resposta às observações formuladas pela Comissão Europeia. Refira-se, em particular, a colaboração com a Comissão de Coordenação e

Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC) e à IP Engenharia na compilação na compilação de uma extensa lista de estudos e dados existentes sobre o projeto de metro ligeiro (incluindo estudos técnicos e de viabilidade, projeções de procura, custos de investimento e anteprojetos) e sobre a procura atual de transporte na região (procuras dos operadores de transporte coletivo rodoviário e ferroviário). Estes elementos foram preparados para efeitos da 2ª fase do estudo encomendado pela CCDRC ao LNEC e contando com a participação da IP Engenharia, intitulado “Análise comparada de soluções tecnológicas de transportes para um Sistema de Mobilidade do Mondego custo-eficiente”.

Refira-se, ainda, a celebração do Protocolo com a Câmara Municipal de Coimbra (CMC), homologado por S. Ex.<sup>a</sup> o Senhor Secretário de Estado das Infraestruturas, que visa assegurar as condições necessárias para possibilitar - assegurando o cumprimento das condições ambientais, patrimoniais e de compatibilidade com o projeto do SMM - a realização da intervenção qualificadora e correspondente, em termos práticos, a uma primeira fase e antecipação dos trabalhos previstos do SMM – designada “Via Central” entre a Av. Fernão de Magalhães e a Rua da Sofia, em Coimbra. Bem como a criação das condições que possibilitem a participação no Fundo Imobiliário criado, pela entrega das parcelas sobranes.

Assinale-se que o ano de 2016 caracterizou-se, ainda, no que diz respeito aos Serviços Rodoviários Alternativos ao Ramal da Lousã (Serviços Alternativos), pela mudança do operador rodoviário, a partir do início de Setembro de 2015, na sequência do concurso público internacional. A Metro Mondego reforçou as medidas de acompanhamento e maior atenção às reclamações, tendo elaborado e aprovado um Regulamento específico.

Assinale-se, por fim, que durante o ano 2016 (quando comparado com 2015) a Metro Mondego reduziu os custos de funcionamento (FSE) em 0,2% e que os custos de pessoal e FSE se reduziram [entre 2010 e 2016 as reduções alcançadas foram, respetivamente, de 53% e 36% de FSEs e Pessoal, o que representa uma redução global de 37% nos custos de estrutura].

A exploração do exercício de 2016 saldou-se por um resultado líquido negativo de 21.166,22€ - sendo de referir que desde 2012 deixou de haver recurso à aplicação dos excedentes de tesouraria, exigida à Metro Mondego a aplicação do Princípio de Unidade de Tesouraria (UT) -, o qual se propõe que seja levado à conta de Resultados Transitados para compensação de futuros exercícios.

Dentro dessa conjuntura de grande indefinição, a Metro Mondego procurou prosseguir a sua atividade tendo como objetivos prioritários a procura da garantia das condições visando a realização do projeto do SMM, bem como que da sua atuação em nada se onerasse o projeto em termos de execução. Nesse sentido, o atual documento reflete as atividades desenvolvidas durante o ano de 2016.

## 2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

### ÓRGÃOS SOCIAIS

[em 31 de dezembro de 2016]

#### MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: Luís Miguel Correia Antunes

Vice-Presidente: Eng.º Paulo Jorge Carvalho Leitão

Secretário: Dra. Sónia Serrano Pujalrás

#### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente (executivo): Eng.º João José Nogueira Gomes Rebelo

Vogal (não-executivo): Eng.º Carlos Jorge Rodrigues Vale Ferreira

Vogal (não-executivo): Eng.º Leonel Serra Nunes Pedro

#### FISCAL ÚNICO

ROC efetivo: Dr. José de Jesus Gonçalves Mendes em representação da Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados

Suplente: Dr. João Manuel Rosa Lopes

**RECURSOS HUMANOS**

RECURSOS HUMANOS*	2010	2012	2013	2014	2015	2016
Efetivo Total *	20	15	14	13	13	13
Excluindo Vogais não Executivos	16	13	12	11	11	11
Idade média	39,6	42,6	44,8	46	47	48
Média de Trabalhadores	15,2	12,5	12	12	12	12
Contratados a Termo	0	0	0	0	0	0
Quadros Técnicos	75%	75%	75%	63%	70%	70%

\* Incluindo o C.A.

A frequência em ações de formação têm vindo a ajustar-se ao longo dos anos intimamente associada à redução de custos. Pese embora a contenção imposta, não foram totalmente vedadas tendo sido ainda frequentadas quatro ações de formação pelos colaboradores, sendo três ligadas ao Departamento Administrativo e Financeiro com ações sobre Declaração Mensal de Remunerações e o SNC-AP.

Em 31 de Dezembro de 2016, a percentagem de colaboradores que possuem licenciatura ou graduação superior mantém-se nos 90% mas a média de idades subiu para os 48 anos de idade.

O número de trabalhadores, comparativamente a 2010, cifra-se na redução em 35%. No que se refere aos Órgãos Sociais a redução é de 57%, comparativamente a 2010. Sem alterações a registar desde 2014.

### 3. ATIVIDADE GERAL DA EMPRESA

#### A. Implementação da 1ª Fase – Linha Verde – Linha da Lousã

Com a conclusão das empreitadas de construção das infraestruturas de longa duração para os troços Alto S. João – Miranda do Corvo e Miranda do Corvo - Serpins e, na ausência de indicações para a retoma dos trabalhos, a atividade da Metro Mondego, no que respeita à implementação da Linha Verde do SMM, tem-se centrado maioritariamente na realização de vistorias, na apresentação de propostas de manutenção das obras já realizadas e na apreciação e emissão de pareceres, promovendo, sempre que possível em colaboração com a Infraestruturas de Portugal (IP, ex-REFER), as seguintes atividades:

- Realização de inspeções no sentido de identificar danos e patologias provocados pelas intempéries, por falta de uso ou manutenção, por intervenções autorizadas realizadas por terceiros no canal, pela proliferação de vegetação e por atos de vandalismo;
- Definição de ações de prevenção e manutenção de modo a evitar a degradação avançada das infraestruturas executadas;
- Emissão de pareceres sobre projetos urbanísticos, de construção de infraestruturas ou de edifícios, nas proximidades do canal ferroviário;
- Gestão e averiguação de reclamações (e.g. de proprietários de parcelas adjacentes ao canal) e seu encaminhamento para as entidades responsáveis.

Relativamente ao segundo ponto, é importante realçar a pelo menos aparente dificuldade [da IP] em mobilizar os recursos financeiros e humanos na dimensão necessária para preceder à adequada execução de tarefas de conservação corrente e à superação das anomalias detetadas no canal (limpeza de órgãos de drenagem, reposição de vedações, remoção de blocos e terras provenientes de deslizamentos, etc.).

Manteve-se ainda a colaboração com a IP na análise e acompanhamento dos trabalhos de reposição das condições do canal ferroviário da linha da Lousã, devido ao uso da plataforma pelos concessionários rodoviários (ASCENDI) para execução do projeto de construção da A13/IC3.

Procedeu-se à inscrição nas finanças das parcelas adquiridas para construção dos interfaces modais de Ceira, Miranda do Corvo e Lousã, fazendo desanexações e acerto de áreas de forma a tornar independente as áreas que integram infraestruturas de uso público, tais como vias rodoviárias e passeios, das áreas reservadas ao parque de estacionamento afeto ao Canal do SMM, e posterior registo na conservatória predial.

**RECAPE do troço Portagem – S. José**

Relativamente ao RECAPE do troço Portagem – S. José, após a receção da versão revista, depois de no final de 2011 ter sido comunicada, pela Comissão de Avaliação respetiva a necessidade de se proceder à reformulação do mesmo, a mesma foi submetida à APA para instrução do procedimento de verificação da conformidade ambiental do projeto de execução do troço Portagem - S. José.

**Protocolos com Câmaras Municipais para a manutenção de integrações funcionais**

Com o objetivo de assegurar a manutenção dos espaços de uso público, interfaces e espaços verdes existentes nas integrações funcionais das estações, executadas no âmbito das empreitadas de Alto São João - Miranda do Corvo e Miranda do Corvo - Serpins, e ainda das Interfaces de Sobral de Ceira, Miranda do Corvo e Lousã, foi proposto pela Metro Mondego, a assinatura de protocolos entre a IP, CP e as Câmaras Municipais de Coimbra, Miranda do Corvo e Lousã, estabelecendo os termos em que a manutenção daqueles espaços de uso público possa ser realizada, até ao momento da formalização da transferência desses espaços, do domínio público ferroviário para o domínio municipal, na parte respetiva, sendo que os restabelecimentos e respetivas infraestruturas se encontram já - Decreto-Lei nº 568/99 de 23 de Dezembro - no âmbito do domínio público municipal.

**B. Implementação da 2ª Fase – Linha Amarela – Linha do Hospital****B.1. Linha do Hospital e Libertação do Canal da Baixa de Coimbra**

No que respeita à Linha do Hospital ou Linha Amarela, não foram contempladas, as verbas para a promoção e desenvolvimento dos projetos finais, não só por não estarem disponíveis os volumes financeiros necessários, mas, também, por não estar definido o modelo a adotar (nomeadamente de concurso) para a execução desta. Recorda-se que para além do Estudo Prévio de toda a linha, estão elaborados e aprovados o anteprojeto, projeto de via e RECAPE entre *Aeminium* e a CMC.

A emissão de pareceres relativos à apreciação de projetos promovidos por outras entidades e que confinam com o traçado do SMM, manteve-se a constância habitual, nomeadamente no canal da Baixa e zona da Primeira Unidade de Intervenção da Coimbra Viva, onde têm vindo a ser submetidos a parecer da Metro Mondego projetos para edifícios contíguos ao canal e de iniciativa privada e/ou promovidos pelo Fundo Imobiliário, criado pela SRU (Fundbox - "Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado em Reabilitação Urbana "Coimbra Viva I").

Assinale-se que dos prédios adquiridos pela Metro Mondego, um conjunto significativo de edifícios já foram desconstruídos, tendo sido realizados a maior parte dos estudos arqueológicos necessário, incluindo no subsolo, bem como a preservação de elementos construídos (p.e. algumas fachadas para inclusão em projetos futuros).



Os edifícios por demolir, a reabilitar e requalificar – localizados na Praça 8 de Maio, Rua da Sofia, Travessa da Rua Nova e Rua Nova e que têm projetos aprovados (pela tutela do património) e licenciados, de acordo com as medidas de minimização do RECAPE e DIA - bem como as fachadas (e paredes) preservadas na restante área do canal, têm continuado a requerer trabalhos de conservação com alguma dimensão, com a preocupação de garantir as condições de segurança e a estabilidade dos edifícios até à sua demolição/remodelação, no âmbito dos projetos já aprovados para o local.

Durante 2016 deu-se continuidade a realização de ações de inspeção e monitorização, na sequência da definição e implementação de um “plano de instrumentação e monitorização”, como forma de apoio e suporte das condições de conservação, segurança, estabilidade e avaliação do estado de degradação e riscos potenciais de segurança para os moradores e transeuntes.

Deu-se continuidade ao procedimento de contratação de empresa para execução de obras de conservação, na sequência dos resultados do relatório de consultoria técnica efetuado pelo ITeCons. Contratualizou-se a prestação de serviços para a coordenação de segurança da referida empreitada e concluiu-se o processo de licenciamento e autorização de ocupação do espaço público.

Executaram-se, ainda, pequenos trabalhos de, reparação e manutenção pontuais.

#### **Troço Av. Fernão de Magalhães - Rua da Sofia**

O Município de Coimbra manifestou a intenção de realizar uma intervenção qualificadora, nesta área do canal da Baixa, inserida na área de proteção da zona classificada pela UNESCO como Património da Humanidade “Universidade de Coimbra e Rua da Sofia” e prevista nos compromissos assumidos. A elaboração dos projetos teve a colaboração e acompanhamento da Metro Mondego, considerando que os mesmos devem respeitar e corresponder (e a uma primeira fase do projeto e trabalhos previstos do SMM, antecipando parcialmente a sua realização: incluindo as faixas de circulação pedonal, a via rodoviária e as infraestruturas enterradas e caminhos de cabos - apenas com exceção da infraestrutura ferroviária, sistemas técnicos e catenárias - reservando-se espaço e as condições para, em fase subsequente, serem aquelas executadas pela Metro Mondego, sem custos acrescidos.

Esta “antecipação” (primeira fase associada à abertura do canal) permite - assegurado o cumprimento de todas as obrigações e compromissos existentes, em particular, a DIA<sup>1</sup> e o RECAPE<sup>2</sup>, suas condicionantes e todos os estudos e projetos elaborados e aprovados - que não se tenha de aguardar pela execução da totalidade da Linha do Hospital para assegurar a qualificação de uma área integrada na zona classificada como Património da Humanidade.

A intervenção da CMC prevê duas etapas: a primeira desenvolve-se em espaço canal aberto, entre o Largo das Olarias e a Rua Direita, e a segunda ente a Rua Direita e a Rua da Sofia. A segunda etapa só poderá ocorrer com a demolição/remodelação, dos edifícios propriedade da Metro Mondego, sitos na Travessa da Rua Nova, Rua Nova; Parcelas, Praça 8 de Maio e Rua da

---

<sup>1</sup> Declaração de Impacte Ambiental.

<sup>2</sup> Relatório de Conformidade Ambiental do Projeto de Execução.

Sofia (incluindo o edifício ponte), de acordo com os projetos já aprovados e licenciados e que integram o RECAPE.

Neste quadro foi presente à Tutela e à APA o projeto de execução da intervenção da CMC, cuja elaboração contou com o acompanhamento da Metro Mondego, para a obter parecer positivo, posteriormente completados dos esclarecimentos solicitados, que justificam a conformidade da intervenção no que diz respeito ao cumprimento do disposto na DIA e no RECAPE, aguardando-se em 31.12.2016 o parecer final da Comissão de Avaliação da Agência Portuguesa do Ambiente

Foi celebrado um Protocolo entre a CMC e a Metro Mondego assegurando os termos e cumprimento das condições referidas, nomeadamente, no que respeita às condições ambientais, patrimoniais e de compatibilidade com o projeto do SMM. Este possibilita à CMC a realização da obra em prédios adquiridos pela Metro Mondego e prevê o acompanhamento da obra pela Metro Mondego.

## **B.2. Estudo de Integração Urbana (EIU) / Unidade de Intervenção - Coimbra Viva I**

A Linha do Hospital, atravessa o centro da cidade de Coimbra em zona de importância patrimonial reconhecida e que hoje se encontra classificada pela UNESCO como património da Humanidade.

O Projeto foi, como já referido, objeto de processo de avaliação e Estudo de Impacte Ambiental (EIA), tendo a DIA e o RECAPE sido aprovados, na sequência da elaboração do projeto de execução do troço “*Aeminium – Câmara Municipal*”.

No cumprimento das medidas da DIA, foi elaborado o Estudo de Integração Urbana (EIU), que integrou o RECAPE. Este estudo foi, previamente, aprovado pela Câmara Municipal de Coimbra, pela tutela do Património e pela SRU.

Este Estudo de Integração Urbana prevê, para além do assegurar as soluções de integração funcional e urbana, relativas à realização do SMM, a utilização do que veio a designar por “parcelas” sobrantes. Estas decorreram da especificidade do cadastro/tipologia do edificado da zona e seu estado físico (soluções construtivas e estado de degradação), como aliás é reconhecido nas Declarações de Utilidade Pública (DUP)<sup>3</sup> que determinaram a área abrangida pelas expropriações.

A existência de parcelas que não são estritamente necessárias para a execução do canal de passagem do SMM (infraestrutura ferroviária e rodoviária, espaços pedonais e integrações funcionais), levou à “existência” daquelas parcelas, não imprescindíveis para a execução do SMM. Estas parcelas apresentam uma capacidade construtiva definida no Documento Estratégico da Primeira Unidade de Intervenção da SRU e no EIU.

---

<sup>3</sup> Para assegurar a abertura do canal de atravessamento do SMM na Baixa de Coimbra foram oportunamente emitidas duas Declarações de Utilidade Pública de Expropriação (DUP), e concretizadas as respetivas expropriações, tendo as mesmas, em particular no que posteriormente se veio a designar por “*parcelas sobrantes*”, sido amigáveis e com renúncia do direito de reversão.

Encontram-se, neste momento, desconstruídos/demolidos todos os edifícios adquiridos pela Metro Mondego, à exceção de 4 edifícios referidos no ponto anterior que só podem ser intervencionados no processo/empreitada simultâneo de desconstrução seguida de construção dos projetos de execução, entretanto aprovados (designados como edifícios A1 e A2). Nos restantes edifícios foram parcialmente preservadas algumas fachadas para incorporação em projetos de edifícios futuros.

Esta área é, ainda, abrangida pela “*Primeira Unidade de Intervenção da Coimbra Viva*” e pela “*Área de Reabilitação Urbana - Coimbra Baixa (ARU)*”, que respeitam e integram o Projeto do SMM, assegurando as condições necessárias para a execução do canal de passagem do SMM na Baixa de Coimbra.

Para as áreas correspondentes aos Edifício A1/Edifício Ponte e Edifício A2, e no cumprimento das obrigações decorrentes da DIA, como já atrás referido, a Metro Mondego mandou elaborar os respetivos projetos de execução que estão aprovados e licenciados.

A Direção Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) na sequência de solicitação da Metro Mondego, veio pronunciar-se em 31 de Dezembro de 2010, no sentido da admissibilidade da alienação das parcelas sobrantes, “*mediante autorização prévia do Ministro da Tutela, nos termos do nº 4 da Base 6 [das bases de concessão da Metro Mondego], a qual deverá ser concedida na perspectiva de ficar garantido o desempenho da atividade desenvolvida na concessão*”.

A Tutela deu orientação à Metro Mondego no sentido de esta se “centrar” na realização da infraestrutura e integração funcional, remetendo a realização de qualquer intervenção urbanística (edificação) para entidade mais vocacionada, leia-se SRU (e/ou CMC), sem prejuízo da necessidade de se assegurar o cumprimento dos projetos aprovados (edifícios A1 e A2), garantindo-se deste modo a disponibilidade do espaço de atravessamento (edifício ponte), bem como a satisfação dos acordos indemnizatórios atrás referidos.

A entidade gestora [Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A. (*FundBox*)] do “*Fundo Imobiliário Fechado de Investimento Imobiliário "Coimbra Viva I"*”, constituído e orientado para a implementação da intervenção na “*Unidade de Intervenção I*”, convidou a Metro Mondego a participar no mesmo subscrevendo unidades de participação.

A Assembleia Geral da Metro Mondego realizada em 29 de Maio de 2014, na sequência de proposta do Conselho de Administração no sentido de se dar início a um processo de negociação e possível resposta formal positiva da Metro Mondego, deliberou: “*Manifestar o acordo de princípio à alienação das parcelas sobrantes da Metro Mondego e participação no << Fundo Especial [...] >> condicionado a que o valor de alienação não seja inferior à totalidade de encargos incorridos pela Metro Mondego, S.A, com as parcelas sobrantes [...]. A decisão final deverá ser deliberada após serem conhecidos os termos finais desta operação*”.

Na última Assembleia Geral realizada em 6 de Setembro de 2016, foi reiterada a deliberação de 29/05/2014. Para cumprimento desta deliberação foram realizados os seguintes procedimentos:

- Avaliação independente dos bens a alienar;
- Destaque dos prédios referentes às parcelas sobrantes e a alienar, criando novas inscrições e registos nas Finanças e Conservatória;

- Identificação pela Metro Mondego e validação dos custos incorridos com as parcelas sobrantes, não imputáveis ao projeto do SMM;
- Avaliação do impacto contabilístico (e de tesouraria) que o subsídio ao investimento obtido dos bens a alienar/converter em UP no fundo têm para a Metro Mondego;
- Aprovação final da Tutela e dos Acionistas.

As parcelas sobrantes são neste momento, prédios independentes com capacidade construtiva, à exceção das parcelas edificadas da Rua da Sofia e Praça 8 de Maio - para as quais apenas foram, nesta fase, corrigidas as áreas - pois a autonomização pressupõe a sua transformação física, o que ocorrerá com o início efetivo da intervenção prevista.

A alienação da parte com capacidade construtiva destes edifícios, passará pela constituição de direito de superfície perpétuo, prevendo-se que a Metro Mondego se mantenha proprietária do prédio de raiz, estando neste momento em acerto final os termos exatos que essa alienação se concretizará. Esta alienação apresenta, pois, contornos específicos, a fim de garantir a prossecução do objeto da concessão da Metro Mondego - atravessamento e circulação de veículos do Metro Mondego, faixa rodoviária, circulação pedonal e acesso às estações e integrações funcionais.

A participação no Fundo deverá, como já referido, assegurar a obrigação de execução atempada dos projetos aprovados para os Edifícios A1 e A2, a incorporação dos ónus associados e adequação temporal na sua integralidade.

A Metro Mondego contratou a prestação de serviços de avaliação independente das parcelas sobrantes dos prédios da Metro Mondego na Baixa de Coimbra, tendo por base:

- A capacidade construtiva definida no EIU e Documento Estratégico da Primeira Unidade de Intervenção.;
- Os projetos aprovados e licenciados do Edifício A1 e Edifício A2.

O *“Relatório de Avaliação das parcelas sobrantes”*, efetuado por perito independente e foi entregue na Metro Mondego a 06/12/2016.

O *“Parecer de ROC independente”* relativo ao relatório de avaliação acima referido, deu entrada na Metro Mondego a 20/12/2016.

Foram ainda identificados os custos incorridos com as parcelas sobrantes e não imputáveis ao projeto do SMM, no sentido de dar satisfação à Assembleia Geral.

Reunida toda esta informação sobre as parcelas sobrantes e a participação no fundo imobiliário, Coimbra Viva I, foi elaborado um documento que foi submetido à tutela para posterior resposta à FundBox no que reporta ao seu convite/proposta para participação da Metro Mondego no <<*Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado em Reabilitação Urbana – Coimbra Viva I (FundBox)*>>.

## C. Planeamento de médio e longo prazo e integração com o ordenamento do território

### C.1. Promoção do Desenvolvimento Urbano nas Envolventes das Estações

Dando continuidade à estratégia de colaboração iniciada em 2010 com as Autarquias de Coimbra, Miranda do Corvo e Lousã, no sentido de encontrar soluções de reordenamento do território que maximizem a rentabilidade e o aproveitamento do SMM, nomeadamente, nas áreas de influência das estações, prosseguiu-se durante 2016 ao desenvolvimento dos planos de pormenor das estações do Corvo e de Espírito Santo.

No momento as Propostas de Plano estão concluídas e entregue às autarquias de Miranda do Corvo e Lousã.

A Câmara Municipal de Miranda do Corvo já submeteu a proposta de plano à CCDRC que emitiu parecer sobre o mesmo estando-se a efetuar as correções e ajustes necessários ao cumprimento das solicitações da CCDRC para posteriormente se proceder à conferência de serviços e consulta pública, a que se seguirá a realização das adaptações eventualmente necessárias e a aprovação final.

### C.2. Pareceres Técnicos para Operações Urbanísticas (de Construção e Loteamentos) e Projetos

No decurso de 2016, a Metro Mondego procedeu à análise e emissão de parecer relativos à viabilidade de diversas operações urbanísticas confinantes com o projeto do SMM, respondendo assim às solicitações de Autarquias empresas concessionárias de serviços públicos e de particulares.

### C.3. Desenvolvimento de estudos de Avaliação Global do SMM

Em março de 2016 a Metro Mondego estabeleceu com a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM-RC) um protocolo de colaboração tendo em conta a assunção pela CIM-RC de competências de autoridade de transportes nos termos do RJSPTP – Regulamento Jurídico de Serviço Público de Transporte de Passageiros (Lei 52/2015 de 9 de junho). O objeto do protocolo é a criação de uma plataforma de trabalho, com a participação de técnicos da Metro Mondego, para colaborar com a CIM-RC no âmbito da mobilidade e transportes.

Com o protocolo pretende-se:

- Assegurar a articulação eficaz e expedita entre as duas entidades, nomeadamente quanto às competências da CIM-RC na área da mobilidade e transportes e aos objetivos da Metro Mondego na implementação do projeto do SMM;
- Promover o desenvolvimento conjunto de estudos, projetos e ações de interesse comum.

No protocolo ficou estabelecido que estes objetivos serão prosseguidos nos seguintes termos:

- A Metro Mondego colaborará no desenvolvimento pela CIM-RC do modelo organizacional e procedimental mais adequado à realidade da Região de Coimbra, no que diz respeito à área da mobilidade e transportes.
- A Metro Mondego disponibiliza-se para prestar assessoria técnica que eventualmente venha a ser considerada do interesse da CIM-RC e dentro dos seus recursos disponíveis, nomeadamente recursos humanos de que a Metro Mondego possa dispor e utilização de elementos documentais de que a Metro Mondego seja titular.

No âmbito deste protocolo foram realizadas ao longo do ano de 2016 várias colaborações de técnicos da Metro Mondego com técnicos da CIM-RC, principalmente relativas ao dimensionamento da estrutura e recursos técnicos necessários para a CIM-RC assumir competências de Autoridade de Transportes e relativas à validação de dados de carreiras de transporte rodoviário de passageiros no Sistema de Informação de Gestão de Carreiras (SIGGESC) do IMT, como passo prévio à emissão de Autorizações Provisórias para operação das carreiras no âmbito da implementação do RJSPTP.

Em 2016 a Metro Mondego colaborou com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC) e a IP Engenharia na compilação de estudos e dados existentes sobre o projeto de metro ligeiro (incluindo estudos técnicos e de viabilidade, projeções de procura, custos de investimento e anteprojetos) e sobre a procura atual de transporte na região (incluindo procuras dos operadores de transporte coletivo rodoviário e ferroviário).

Estes elementos foram preparados para efeitos da 2ª fase do estudo encomendado pela CCDRC ao LNEC e contando com a participação da IP Engenharia, intitulado “Análise comparada de soluções tecnológicas de transportes para um Sistema de Mobilidade do Mondego custo-eficiente” (a 1ª fase deste estudo foi realizada pelo LNEC em 2015).

## D. Serviços Rodoviários Alternativos ao Ramal da Lousã

O ano de 2016 correspondeu ao fim do primeiro ano (Setembro 2016) e início do segundo ano do contrato celebrado com a VT Bus para a prestação dos Serviços Alternativos.

As condições de funcionamento dos Serviços Alternativos mantiveram-se idênticas às verificadas nos anos anteriores, ou seja, o serviço rodoviário prestado pela VT Bus, a gestão próxima a cargo da CP (coordenação de linha, venda de bilhetes, fiscalização, entre outros), sendo a Metro Mondego responsável pelo acompanhamento geral, para além do pagamento dos défices de exploração.

A Metro Mondego é também responsável pela gestão e manutenção da infraestrutura de apoio aos Serviços Alternativos (encargos com as estações e abrigos, incluindo limpeza e energia, abastecimento de energia e água), receção e resolução das reclamações, bem como pela divulgação, informação e promoção dos Serviços Alternativos através das plataformas que criou para o efeito (“blog” dos Serviços Alternativos, folhetos dos horários, painéis informativos existentes nas paragens e, também, através da aplicação MMInfo).

Disponível desde dezembro 2011, a aplicação MMInfo, destinada a *smartphones* com sistema operativo “*Android*”, de informação e aconselhamento individualizado para deslocações na rede dos Serviços Alternativos insere-se num projeto mais vasto, designado por SIIP -Sistema Inteligente de Informação ao Passageiro, que tem como objetivo disponibilizar aos clientes dos transportes públicos informação para a tomada de decisões sobre as suas deslocações, escolhendo os percursos e os modos de transporte que mais se adequam às suas necessidades.

Entre outras funcionalidades, a aplicação permite a consulta dos horários dos transportes nas paragens, selecionando a paragem pretendida a partir da lista das paragens disponibilizada pela aplicação, ou pela seleção da paragem a partir da sua localização num mapa. Permite ainda realizar cálculo de rotas (viagens), com indicação de paragem de início e destino da viagem, complementada com indicações de tempo de deslocação e distância a percorrer.

No que diz respeito à utilização dos Serviços Alternativos em 2016, a procura apresentando uma pequena diminuição em relação ao ano anterior resultante, em grande medida e a nosso ver, do desgaste resultante de os mesmos corresponderem a sua ação pensada para durar 2 a três anos e que se prolonga. Ou seja os transportes rodoviários alternativos não têm a capacidade de atração necessária, num processo que tem muita dificuldade de promover o transporte coletivo, aspeto que importa rever em novo concurso. Recorda-se, ainda, que o tarifário é o correspondente aos serviço ferroviário.. Ao todo em 2016 foram transportados 707.566 passageiros nos Serviços Alternativos, menos 40.000 que em 2015 (decrécimo de 5,4%), sendo que estes números incluem uma estimativa, por exemplo, no se reporta ao passes

Os proveitos de tráfego também diminuíram em relação ao ano anterior. Enquanto em 2015 a média mensal dos proveitos tinha sido 79.565€, em 2016 esse valor desceu para os 73.289€.

Em relação aos custos dos Serviços Alternativos, o valor da parcela que diz respeito ao operador rodoviário diminuiu em 2016 face ao ano anterior, refletindo a entrada do novo operador a partir de Setembro de 2015, ou seja, o custo médio mensal da operação rodoviária em 2016 situou-se nos 109.449€, menos 28.544€ do que em 2015. Já no que diz respeito à parcela correspondente aos custos da CP houve também uma descida da média mensal, passando dos 19.050€ em 2015 para 16.952€ em 2016 (valores sem IVA).

Há ainda a assinalar em 2016 despesas com a limpeza dos abrigos, com o consumo de energia elétrica e água nas bilheteiras de São José, Miranda do Corvo e Lousã, com a colocação de um abrigo na paragem das Carvalhosas, e com algumas obras de manutenção da infraestrutura de apoio aos Serviços Alternativos.

Em relação às reclamações recebidas, a preocupação com o acompanhamento e qualidade do serviço levou à elaboração e de um documento, aprovado em Conselho de Administração a 22/11/2016, com as normas de procedimento para a sua gestão e tratamento. Este documento define as responsabilidades da Metro Mondego, da CP e do operador rodoviário e estabelece as regras e os prazos que devem ser seguidos na perspetiva de proporcionar ao reclamante acesso a um processo de tratamento de reclamações transparente e capaz de originar respostas.



## E. Comunicação e divulgação

A Metro Mondego manteve em 2016 uma estratégia de comunicação prudente face às indefinições vigentes no que concerne ao desenvolvimento do projeto.

Por este facto, a ação comunicativa da Metro Mondego foi discreta, limitando-se aos canais próprios de informação e comunicação, nomeadamente, na *internet* (site institucional e blog dos Serviços Alternativos).

# 4. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

## A. Objetivos de gestão

Foi apresentado em Assembleia Geral Ordinária o Plano de Atividades e Orçamento para 2016 em Assembleia Geral (18/05/2016; 23/06/2016 e 06/09/2016). A impossibilidade de apresentar um plano estratégico e plurianual está intrinsecamente associado às orientações quanto à redefinição do projeto.

O Plano de Atividades e Orçamento para 2016 foi proposto e votado favoravelmente pelo acionista Estado “a não deliberação deste ponto, por não se encontrarem reunidas as condições para o efeito.”

No entanto, pese embora o plano não tenha sido aprovado, foi a linha orientadora apresentada e existente no desempenho anual da Metro Mondego.

Nesta sequência os custos de estrutura e funcionamento (FSE's e Pessoal) obtiveram uma execução de 83% face ao indicado e uma execução de investimento de 53%, face ao indicado, nos quais os serviços alternativos assumem uma quota parte substancial de 94% nesta parcela.

Deste modo, apesar de tudo, o orçamento global ficou abaixo do estimado assim como alcançámos uma execução inferior quando comparada com o ano de 2015.



## B. Gestão do risco financeiro

A Metro Mondego não tem empréstimos contratados:

Unid.: €	2010	2012	2013	2014	2015	2016
Encargos Financeiros	41.897	16.130	2.641	80	0	0
Taxa Média de Financiamento	1,0%	1,4%	0,5%	0,5%	0,0%	0,0%

A Metro Mondego deixou de ter passivo remunerado em 2014 e assim se tem mantido desse esse período:

PASSIVO REMUNERADO (€)	2013	2014	2015	2016	VAR. %
Financiamento Obtidos	182.516	0	0	0	0%
... dos quais concedidos DGTF	0	0	0	0	0%

## C. Prazo médio de pagamentos

Verifica-se uma melhoria no prazo médio de pagamentos apesar dos atrasos das transferências de dotação de Orçamento de Estado:

PMP	2015	2016	VAR. 2016/2015
Prazo (dias)	38	36	-5,2%

A 31 de dezembro não existiam pagamentos em atraso:

DÍVIDAS VENCIDAS (€)	0-90 DIAS	DÍVIDAS VENCIDAS DE ACORDO COM O ART. 1º DL 65-A/2011			
		90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aq. de Bens e Serviços	2.963	-	-	-	-
Aq. de Capital	9.023	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>11.986</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

## D. Recomendações do acionista

Em Assembleia Geral Ordinária de 18 de maio de 2016, suspensa e adiada para 23 de junho e de seguida para 6 de setembro de 2016 não foram apresentadas recomendações pelos acionistas.

## E. Remunerações

### Mesa da Assembleia Geral

MANDATO	CARGO	NOME	VALOR DA SENHA FIXADO	REMUNERAÇÃO ANUAL 2016 (€)		
				Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor após Reduções (3)=(1)-(2)
2012-2014	Presidente	Luís Antunes	615	0	0	0
2012-2014	Vice-Presidente	Paulo Leitão	308	923	0	923
2012-2014	Secretária	Sónia Pujalrás	308	923	0	923

Nota: Nas Assembleias Gerais subsequentes ao mandato do triénio 2012-2014 tem sido votado favoravelmente pelos acionistas a "(...) não deliberação de eleição dos Órgãos Sociais, por não se encontrarem reunidas condições para o efeito (...)."

### Conselho de Administração

MANDATO	CARGO	NOME	DESIGNAÇÃO		OPRLO	
			Forma (1)	Data	[Identificação Entidade]	Pagadora (O/D)
2012-2014	Presidente (executivo)	João Rebelo*	AG	07-11-2012	não	n/a
2012-2014	Vogal (não executivo)	Carlos Ferreira	AG	07-11-2012	não	n/a
2012-2014	Vogal (não executivo)	Leonel Pedro	AG	07-11-2012	não	n/a

\* Por cedência de interesse público

MEMBRO DO CA	EGP			
	Fixado	Classificação	Valores Mensais Bruto €	
	[S/N]	[A/B/C]	Remuneração Base	Despesas Representação
Presidente	N	C	3.914	1.566
Vogal	N	C	979	n/a
Vogal	N	C	979	n/a

O presidente executivo bem como os vogais não executivos são remunerados de acordo com a ata nº 2 da Comissão de Fixação de Remuneração, em sintonia com o nº 3 da RCM nº 36/2012 de 26 de março.

NOME	REMUNERAÇÃO ANUAL (€)						
	Variável	Fixa*	Outra	Redução Lei 12-A/2010	O. Reduções Remuneratórias	Redução anos anteriores	Bruta após Reduções Remuneratórias
João Rebelo	n/a	76.529	n/a	3.826	4.206	n/a	68.496
Carlos Ferreira	n/a	8.496	n/a	431	204	n/a	7.861
Leonel Pedro	n/a	8.440	n/a	431	456	n/a	7.553

Nota: \* inclui despesas de representação

MEMBRO DO CA	REMUNERAÇÃO ANUAL (€)					
	Variável	Fixa**	Bruto	Reduções Remuneratórias	Reversão Remuneratória	Valor Após Reduções (3)=(1)-(2)
João Rebelo	n/a	76.529	76.529	8.003	1.989	70.485
Carlos Ferreira	n/a	8.496	8.496	635	99	7.960
Leonel Pedro	n/a	8.440	8.440	887	222	7.775

Nota: \*\* inclui despesas de representação

A Metro Mondego não liquida prémios de gestão assim como cumpre com as reduções remuneratórias em vigor.

O Presidente, único vogal executivo, não acumula funções remuneradas.

MEMBRO CA	BENEFÍCIOS SOCIAIS (€)							
	Subsídio Refeição		Regime Proteção Social		Seguro Saúde	Seguro Vida	Outros	
	Valor/dia	Montante pago	Identificar	Valor			Identificar	Valor
João Rebelo	4,27	948	CGA	16.726	n/a	sim	n/a	n/a
Carlos Ferreira	n/a	n/a	SS	1.916	n/a	n/a	n/a	n/a
Leonel Pedro	n/a	n/a	SS	1.883	n/a	n/a	n/a	n/a

Embora previsto pela Ata nº2 da Comissão de Fixação de Remunerações, não existem viaturas atribuídas à administração para uso total, tendo o Presidente prescindido da sua utilização. A utilização das viaturas ocorre apenas quando necessário no exercício de funções.

MEMBRO CA	GASTOS ANUAIS ASSOCIADOS A DESLOCAÇÕES EM SERVIÇO					Gasto total com Viagens
	Deslocações em Serviço *	Custo com alojamento	Ajudas de custo	Outras Identificar	Valor	
João Rebelo	473	0	n/a	0	0	473
Carlos Ferreira	0	0	n/a	0	0	0
Leonel Pedro	0	0	n/a	0	0	0

Nota: Inclui despesas com combustível, títulos de transporte, portagens e estacionamento. Não existe viatura atribuída à administração para uso total.

### Fiscal Único

MANDATO	CARGO	IDENTIFICAÇÃO SROC/ROC		DESIGNAÇÃO		Nº DE MANDATOS EXERCIDOS NA SOCIEDADE
		Nome	Nº	Forma	Data	
2012-2014	Fiscal Único Efetivo	José de Jesus Gonçalves Mendes	833	AG	04-05-2010	2
2012-2014	Fiscal Único Suplente	João Manuel Rosa Lopes	1029	AG	04-05-2010	2

NOME	REMUNERAÇÃO ANUAL 2016 (€)		
	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor após Reduções (3)=(1)-(2)
Rosa Lopes, Gonçalves Mendes, SROC	10.000	369	9.631

As orientações relativas às reduções remuneratórias vigentes estão a ser aplicadas, desde o Fiscal Único como aos colaboradores da empresa.

## F. Artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público

A Metro Mondego não tem cartões de crédito e não tem despesas que possam recair no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

MEMBRO CA	GASTOS COM COMUNICAÇÕES MÓVEIS (€)		
	Plafond Mensal	Valor Anual	Observações
João Rebelo	30	172	
Carlos Ferreira	0	n/a	-
Leonel Pedro	0	n/a	-

MANDATO	PLAFONS MENSAL COMBUSTÍVEIS E PORTAGENS (1)	GASTOS ANUAIS ASSOCIADOS A VIATURAS (€)			
		Combustível	Portagens	Total	Observações
João Rebelo	2.400	209	150	359	
Carlos Ferreira	0	0	0	0	-
Leonel Pedro	0	0	0	0	-

(1) Inclui orçamento previsional de despesas de combustível e de deslocação, não existindo viaturas atribuídas à administração para uso total.

## G. Despesas não documentadas

Não existem e nunca existiram despesas não documentadas (nº2 do artigo 16º do Decreto-Lei nº 133/2013).

## H. Relatório sobre remunerações

A Metro Mondego é uma entidade de reduzida dimensão, com dez colaboradores apenas, não se mostrando relevante a elaboração de um relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens. É, no entanto, importante referir que não houve nem há diferenças remuneratórias injustificadas. A liquidação de remunerações tem por base a categoria e experiência laboral, independentemente de se tratar de homem ou mulher. Atualmente é composto por 7 homens e 3 mulheres, após a saída de 2 mulheres nos últimos anos, por iniciativa das próprias. Do histórico de processamento de remunerações bem como atualmente, para categorias iguais as remunerações processadas eram e são iguais, seja homem ou mulher.

## I. Contratação pública

Em matéria de contratação pública a Metro Mondego aplica as seguintes medidas:

- A despesa, independentemente do valor, é sempre sustentada por informação fundamentada do Departamento que a sugere, com sujeição à apreciação do Conselho de Administração. A necessidade de contratar é, nesse contexto, cuidadosamente analisada, quer do ponto de vista económico, quer na análise efetuada sobre a ausência de soluções internas, bem como ainda da explicitação dos objetivos a alcançar;
- Estão implementados critérios internos para a utilização da figura do Ajuste Direto, com consultas muito frequentes ao mercado, de forma a evitar distorção aquando da formulação dos convites;

- As consultas prévias ao mercado são sempre elaboradas por técnicos da Metro Mondego e as decisões finais são determinadas pelo Conselho de Administração;
- Internamente, opera-se a segregação de funções, por ser um fator chave de controlo de todos os procedimentos implementados e garantir que mais do que uma pessoa esteja envolvida nos processos de aquisição principalmente em todos os que envolvam fluxos financeiros;
- É efetuado o acompanhamento e monitorização contínua da execução das tarefas, atividades e projetos;
- Estão implementadas regras internas de notificação do estado de evolução de projetos, procedimentos ou outros eventos relativos à atividade da empresa, nomeadamente a criação de *templates* de Ficha de Projeto e Relatório de Progresso;
- É efetuado o controlo da execução dos contratos celebrados com terceiras entidades, designadamente, quanto a eventuais atrasos na execução, adequação das prestações, etc.;
- É efetuado o controlo jurídico das cláusulas a inserir nas peças dos procedimentos concursais, de tal forma que as mesmas só são aprovadas após apreciação do Departamento Jurídico;
- Não houve atos ou contratos celebrados com valor superior a 5 M €.

## J. Relatório anual sobre prevenção da corrupção

Foi realizada revisão, a 12 de dezembro de 2016, após ter circulado por todos os colaboradores, a atualização do plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas.

## K. Sistema Nacional de Compras Públicas

A mudança de política interna relativamente ao aprovisionamento fez acabar com stocks. Esta medida levou a que a encomenda de material de aprovisionamento/funcionamento seja realizada à medida das necessidades do momento pelo que as encomendas são realizadas com um prazo muito limitado e urgente de entrega. Contudo, a Metro Mondego realiza, na medida do possível, uma consulta a 3 entidades diferentes e adjudica sempre à entidade que apresenta valor mais baixo.

## L. Frota automóvel

A frota automóvel tem sido utilizada de forma eficiente. Em 2015 os custos da frota automóvel foram de 2.709 € (Seguro, manutenção e IUC) e em 2016 cifrou-se em 2.048 €. O valor é baixo

não sendo linear ano a ano dependendo das manutenções que vão sendo requeridas. O baixo número de viaturas e a antiguidade não justificou/permitiu equacionar a possibilidade de a mesma ser reduzida.

## M. Medidas de redução de gastos operacionais

PRC (€)	META	2016	2015	2014	2010	2016/2015		2016/2010	
						Δ Absol	Δ %	Δ Absol	Δ %
(1) CMVMC	0	0	0	0	0	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
(2) FSE	149.450	115.988	116.174	124.911	246.901	-186	-0,2%	-130.914	-53%
(3) Gastos com o pessoal	541.620	457.225	427.428	438.848	668.814	29.797	7,0%	-211.589	-36%
(4) Gastos Operacionais=(1)+(2)+(3)	691.070	573.213	543.602	563.759	915.715	29.611	5,4%	-342.502	-37%
(5) Volume de negócios (VN)	0	0	0	0	0				
(6) Peso dos Gastos/VN=(4)/(5)	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Lei OE 2015 - Art.º 61 n.º 3									
Comunicações (FSE)	4.260	3.364	3.454	4.669	16.232	-90	-2,6%	-12.868	-79%
Deslocações/Estadas (FSE)	3.000	891	323	896	15.073	568	175,9%	-14.182	-94%
Ajudas de Custo (Gasto com Pessoal)	0	0	0	0	0	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Número Trabalhadores <sup>(1)</sup>	15	13	13	13	19	0	0,0%	-6	-32%
Nº de Efetivos <sup>(2)</sup>	12	12	12	12	19	0	0,0%	-7	-37%
Nº Cargos de Direção	1	1	1	1	3	0	0,0%	-2	-67%
Nº Trabalhadores/Cargos Direção	15	13	13	13	6,3				
Viaturas									
... Nº Viaturas	3	3	3	3	n.a.	0	0,0%	n.a.	n.a.
... Gastos com viaturas	n.d.	2.048	2.709	1.860	n.a.	-1.217	-39,6%	n.a.	n.a.

<sup>(1)</sup> Nº de trabalhadores - Devem ser considerados todos os trabalhadores pertencentes aos quadros da empresa, que participem ou não nas atividades da entidade, no período de referência

<sup>(2)</sup> Nº de Efetivos - Devem ser considerados todos os trabalhadores ligados ou não à empresa por um contrato de trabalho, que participem na atividade da empresa no período de referência

A redução de gastos, comparativamente a 2010 é de 371%, cumprindo eficazmente e em sintonia com as orientações e objetivos anuais previstos.

## N. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

A Metro Mondego tem conta no IGCP onde realiza a maioria das operações financeiras apesar do meio de acesso e mecanismos de funcionamento evidenciar-se tecnologicamente menos avançado em comparação com o que é colocado à disposição pela banca comercial há largos anos. Por esse motivo, aliado ao facto de não cumprir a totalidade de operações necessárias, é detida uma conta minoritária na banca comercial. As operações são maioritariamente realizadas junto do IGCP exceto quando não permite determinado tipo de operação. A 31 de dezembro 94,7% das disponibilidades encontram-se no IGCP.

BANCA COMERCIAL	TRIMESTRE			
	Primeiro	Segundo	Terceiro	Quarto
CGD	127.508	106.044	104.237	102.828

Não existem aplicações financeiras na banca comercial.

## O. Tribunal de Contas

Não existem recomendações por cumprir por parte da Metro Mondego na sequência do relatório de follow-up emitido pelo Tribunal de Contas (Relatório nº 14/2014 2ªS).

## P. Informação divulgada no site do Setor Empresarial do Estado (SEE) a 31 de Dezembro de 2016

INFORMAÇÃO A CONSTAR NO SITE DO SEE	DIVULGAÇÃO	
	S/N/n/a	Data Atualização
Estatutos	S	2016
Caracterização da empresa	S	2016
Função de tutela e acionista	S	2016
<b>Modelo de Governo/Membros dos Órgãos Sociais</b>		
Identificação dos Órgãos Sociais	S	2016
Estatuto Remuneratório Fixado	S	2016
Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	S	2015
Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	S	2016
Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	S	2015
<b>Esforço Financeiro Público</b>	S	2015
<b>Ficha Síntese</b>	S	2015
<b>Informação Financeiras histórica e atual</b>	S	2015
<b>Princípios de Bom governo</b>		
Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	S	2016
Transações relevantes com entidades relacionadas	S	2016
Outras transações	S	2016
Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios:		
<i>Económico</i>	S	2016
<i>Social</i>	S	2016
<i>Ambiental</i>	S	2016
<b>Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo</b>	S	2016
<b>Código de Ética</b>	S	2016



## Q. Quadro resumo

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS	Coment.	Cumprimento S, N, N.A.	Quantificação	Justificação
Objetivos de Gestão:				
Objetivo 1		N.A.		Sem objetivos de gestão contratados.
Objetivo 2		N.A.		Sem objetivos de gestão contratados.
Objetivo 3		N.A.		Sem objetivos de gestão contratados.
Metas a atingir constantes no PAO2015				Não existem metas definidas para além da contenção de despesas sempre que possível aplicar.
Princípios Financeiros de Referência				Não foram definidos.
Investimento		S	693.976	Execução face ao PAO 2016 de 53%.
Gastos com pessoal		S	457.225	Execução face ao previsto de 84,49%.
Despesas de funcionamento (FSE's)		S	115.988	Execução face ao previsto de 79,5%.
Grau de execução do orçamento carregado no Sigo/SOE				A execução face ao previsto é de 63,3%.
Gestão do Risco Financeiro		N.A.		Liquidação empréstimo.
Limites de Crescimento do Endividamento		N.A.		Liquidação empréstimo.
Evolução do PMP a fornecedores		S	36 dias	
Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")		N.A.		
Deveres Especiais de Informação		N.A.		
Recomendações do acionista na aprovação de contas		N.A.		Não existem.
Remunerações:				
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos art.º 29.º da Lei 64-B/2011		N.A.		
Órgãos sociais - reduções remuneratórias vigentes em 2016		S	2.556 €	
Auditor Externo - redução remuneratória nos termos do artº 73º da Lei 83-C/2011		S	369 €	
Restantes trabalhadores - reduções remuneratórias vigentes em 2016		S	2.964 €	
Restantes trabalhadores - proibição de valorizações remuneratórias, nos termos do art.º 38º da Lei 82-B/2014, prorrogada para 2016 pelo nº 1 do artigo 18º da Lei nº 7-A/2016, de 30 de março		S		
Artigo 32º do EGP				
Não utilização de cartões de crédito		N		Não existem cartões de crédito.
Não reembolso de despesas de representação pessoal		N		Não existem despesas desta natureza.
Valor máximo de despesas de associadas a comunicações		S		Valor máximo de 360€.
Valor máximo de combustível e portagens afeto às viaturas de serviço		S		Valor máximo de combustíveis e despesas deslocação e estada de 2.400€.
Despesas não documentadas - nº2 do artigo 16º do DL nº 133/2013				
Proibição de realização de despesas não documentadas		S	Nunca houve despesas não documentadas	
Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - nº2 da RCM nº 18/2014				
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens		N.A.		A empresa processa vencimentos por categoria, independentemente de ser homem ou mulher. A dimensão reduzida da empresa não justifica a elaboração de um relatório.
Contratação Pública				
Aplicação das normas de contratação pública pela empresa		S		Em total conformidade com a legislação aplicável.
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas		N.A.		
Contratos submetidos a visto prévio do TC		N.A.		
Prevenção da Corrupção - nº1 do artigo 46º do DL nº 133/2013				
Elaboração e divulgação do relatório anual		S	Atualizado a 17 de fevereiro de 2016	Divulgado no site institucional <a href="http://www.metromondego.pt">www.metromondego.pt</a>
Auditoria do Tribunal de Contas		N.A.		Sem recomendações por cumprir.
Parque Automóvel				
Nº de viaturas	3			Viaturas ao serviço exclusivo da empresa.
Gastos com viaturas	2.048 €			Gasto direto com as viaturas (manutenção, seguro e impostos).
Gastos Operacionais das Empresas Públicas		S		Cumpre.
Redução de Trabalhadores				
Nº de trabalhadores	13	S	Sem variação	-32% face a 2010.
Nº de cargos dirigentes	1	S	Sem variação	-67 % face a 2010.
Princípio da Unidade de Tesouraria				
Disponibilidades Centralizadas no IGCP		N	94,7% disponibilidades no IGCP	Limitações funcionais do HB do IGCP impedem a permanência de 100% das disponibilidades.
Disponibilidades na Banca Comercial			5,2 %	
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita de Estado		N.A.		

## 5. GESTÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

### A. Análise da atividade

Em 2016 regista-se a indefinição quando ao projeto SMM. A atividade permaneceu focada na prestação dos Serviços Alternativos e nas ações identificadas no ponto 3, incluindo uma pequena intervenção nuns edifícios da Baixa de Coimbra.

Sem alterações de maior, relativamente aos últimos anos, mantém-se o elevado peso do imobilizado em curso resultante dos investimentos realizados e que são acumulados nesta rubrica, ano após ano.

A evolução do ativo não corrente líquido afigura-se no quadro seguinte:

ATIVO NÃO CORRENTE (€)	2015	2016
Ativos fixos tangíveis	38.572.134	39.810.432
Propriedades investimento	192.516	192.516
Ativos intangíveis	12	0
Total	38.764.662	40.002.948

O ativo tangível é o seguinte:

ATIVO FIXO TANGÍVEL (€)	2015	2016
Equipamento básico	103.261	103.261
Equipamento transporte	56.873	56.873
Equipamento administrativo	245.313	250.135
Outro ativo tangível	15.909	17.079
Imobilizado em curso	38.558.056	39.798.509

O imobilizado em curso representa quase 100% (99,97%) do ativo fixo tangível, uma vez que as restantes rubricas encontram-se quase totalmente amortizadas.

No que se refere ao imobilizado em curso a sua composição tem a seguinte forma:

TOTAL DO ATIVO FIXO TANGÍVEL EM CURSO (€)	2016
<b>Capitalizações</b> (Custos de Pessoal, Gastos, Financiamento capitalizados)	11.931.279
<b>Marketing</b> (Atividades de Marketing nomeadamente de comunicação e divulgação do projeto)	121.873
<b>Planeamento</b> (Atividades de planeamento tais como estudos de suporte ao projeto)	968.121
<b>Implementação 1ª Fase</b> (Inclui todos os investimentos necessários a serem assumidos pela Metro Mondego para que a Linha da Lousã seja uma realidade. A título de exemplo estão inseridas as Expropriações dos Interfaces de Lousã, Miranda do Corvo e Ceira ou a gestão dos Serviços Alternativos)	9.786.327
<b>Operacionalização do Sistema</b> (custos relacionados com a formatação operacional do sistema tais como a adequação das Bases de Concessão)	7.400
<b>Implementação 2ª Fase</b> (Custos ligados à implementação da Linha do Hospital, entre eles os custos de investimento com as expropriações e demolições na Baixa de Coimbra)	14.218.499
<b>Outros</b> (inclui anteriores 2004)	2.765.010
<b>Total</b>	<b>39.798.509</b>

Já referido anteriormente, o incremento relevante encontra-se unicamente nas capitalizações e na implementação da 1ª fase, ou seja, operação dos Serviços Alternativos.

Ao nível do Capital próprio a Metro Mondego cumpre o art.º 35 do Código das Sociedades Comerciais, evidenciando um total de 31, milhões de euros.

CAPITAL PRÓPRIO (€)	2015	2016
Resultados Líquidos	-20.237	-21.166
Resultados Transitados	-773.870	-794.107
Capital Social	1.075.000	1.075.000
Reservas	30.784.068	32.358.125
<b>Total</b>	<b>31.074.615</b>	<b>32.617.851</b>

No que se refere ao passivo não corrente, apenas a destacar o montante de 9,39 milhões de euros de impostos diferidos.

Não existe qualquer financiamento bancário.

Ao nível do passivo corrente, a composição era a seguinte:

PASSIVO CORRENTE (€)	2015	2016
Fornecedores	19.979	2.963
Estado e outros entes públicos	17.040	17.505
Financiamento obtidos	0	0
Outras contas a pagar	68.991	69.042
Diferimentos	410	410

## B. Análise dos custos de estrutura

A Metro Mondego, sem aprovação em AG do Orçamento de 2016, manteve em prática a política de redução de custos. Só assim é possível apresentar reduções sucessivas. De referir que haverá sempre um limiar a partir do qual é impossível ultrapassar.

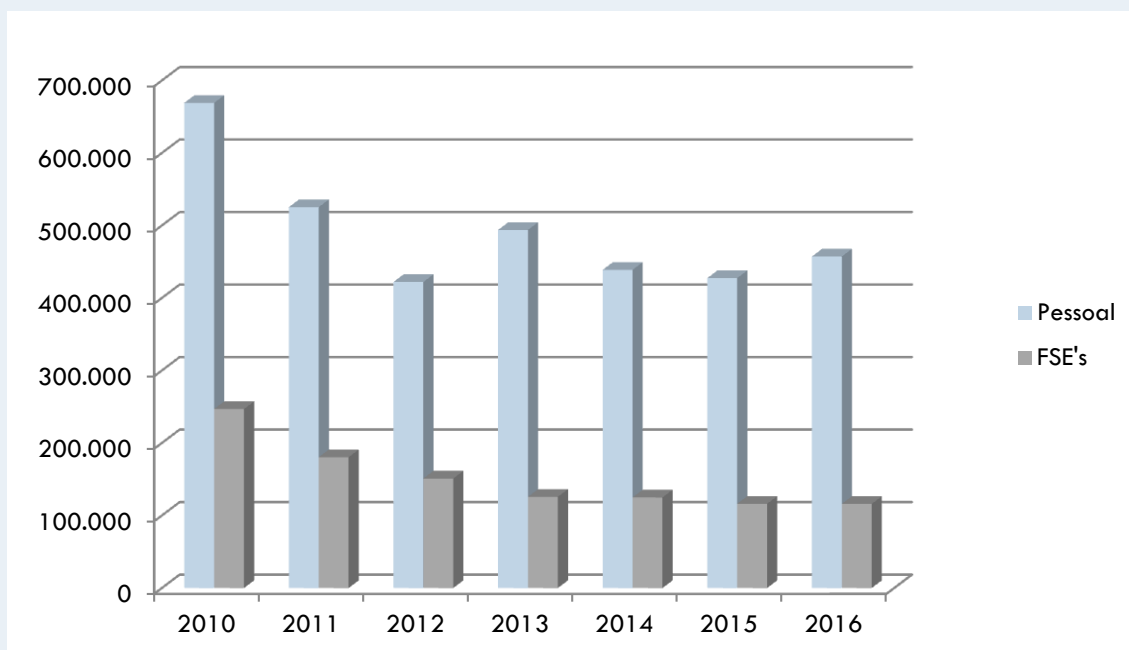
Têm também contribuído para a redução de custos globais o seguinte:

- Não contratação de colaboradores, mesmo após a saída de outros;
- Ausência parcial de técnico (licença sem vencimento);
- Redução de vencimentos de acordo com os cortes remuneratórios em vigor;
- Dilatação de prazos de algumas manutenções;
- Adiamento em algumas atualizações.

A evolução dos gastos de pessoal obteve o seguinte comportamento:

Unid.: (€)	2015	2016	Variação
Pessoal	427.428	457.225	+6,9%

A evolução dos custos de estrutura é notória quando espelhada graficamente. O crescimento de custos verificado deve-se em parte à reversão dos cortes remuneratórios bem como ao regresso de um recurso que se encontrava em licença sem vencimento.



Ao nível de fornecimentos e serviços externos, cifraram-se:

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS (€)	2015	2016	Variação
Eletricidade	5.248	5.126	-0,2%
Combustíveis	1.301	1.180	-9,3%
Material de Escritório	532	990	+860%
Rendas e Alugueres	36.502	36.900	1,0%
Despesas Representação	0	0	
Comunicação	3.454	3.364	-2,0%
Seguros	2.783	2.782	0%
Deslocações e Estadas	323	891	175%
Conservação e Reparação	1.273	1.075	-15%
Publicidade e Propaganda*	0	27	%
Outros	64.758	63.653	-1,7%
<b>Total</b>	<b>116.174</b>	<b>115.988</b>	<b>-0,0%</b>

\* não inclui os encargos com os folhetos de horários dos Serviços Alternativos.

Alguns acréscimos de custos foram compensados por redução noutros pelo que resulta numa redução mínima e pouco expressiva comparativamente a 2015.

As amortizações anuais configuram-se as seguintes:

Unid.: (€)	2015	2016
Amortizações	11.953	8.160

A redução do custo das amortizações está diretamente relacionado com o alcance do período legal dos equipamentos.

Em 2016 continuou a não haver aplicações a prazo, situação interrompida em 2011 da prática de aplicação dos excedentes de tesouraria. Desta forma não há juros resultantes de excedentes de tesouraria.

A Metro Mondego já tem a conta principal no IGCP para dar cobertura ao Princípio de Unidade de Tesouraria (UT). Apesar de tudo, mantém uma única conta na banca comercial para poder dar seguimento a determinado tipo de operações não suportadas pelo IGCP. O resultado líquido de 2016 cifrou-se no montante negativo de 21.166,22 euros.

## 6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A exploração do exercício de 2016 saldou-se por um resultado líquido negativo de 21.166,22€ (Vinte e um mil, cento e sessenta e seis euros e vinte e dois cêntimos), o qual se propõe que seja levado à conta de Resultados Transitados para compensação de futuros exercícios.

Coimbra, 17 de Março de 2017

### **O Conselho de Administração**

---

Eng.º João José Nogueira Gomes Rebelo

---

Eng.º Leonel Serra Nunes Pedro

---

Eng.º Carlos Jorge Rodrigues do Vale Ferreira

## 7. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



BALANÇO (€)		31/12/2016	31/12/2015	Variação %
	Notas	(1)	(1)	(1)-(2)
<b>ATIVO</b>				
<b>Ativo não corrente:</b>				
Ativos fixos tangíveis	7 / 9	39.810.432,10	38.572.13,80	3,21%
Propriedades de investimento	10	192.516,29	192.516,29	-
Goodwill		-	-	-
Ativos intangíveis	8	-	12,39	-100,00%
Ativos biológicos		-	-	-
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial		-	-	-
Participações financeiras - outros métodos		-	-	-
Acionistas/sócios		-	-	-
Outros ativos financeiros		-	-	-
Ativos por impostos diferidos		-	-	-
		<b>40.002.948,39</b>	<b>38.764.662,48</b>	<b>3,19%</b>
<b>Ativo corrente:</b>				
Inventários		-	-	-
Ativos biológicos		-	-	-
Clientes		-	-	-
Adiantamentos a fornecedores		-	-	-
Estado e outros entes públicos	15	116.250,66	170.218,77	-31,71%
Acionistas/sócios		-	-	-
Outras contas a receber	15	8.520,95	8.526,38	-0,06%
Diferimentos	15	8.091,31	13.544,87	-40,26%
Ativos financeiros detidos para negociação		-	-	-
Outros ativos financeiros		-	-	-
Ativos não correntes detidos para venda		-	-	-
Caixa e depósitos bancários	4.2	1.963.419,34	1.161.360,50	69,06%
		<b>2.096.282,26</b>	<b>1.356.650,52</b>	<b>54,86%</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>42.099.230,65</b>	<b>40.118.313,00</b>	<b>4,94%</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>				
Capital realizado	1	1.075.000,00	1.075.000,00	-
Ações (quotas) próprias		-	-	-
Outros instrumentos de capital próprio		-	-	-
Prémios de emissão		-	-	-
Reservas legais		9.654,04	9.654,04	-
Outras reservas		-	-	-
Resultados transitados		(794.107,18)	(773.870,48)	2,61%
Ajustamentos em ativos financeiros		-	-	-
Excedentes de revalorização		-	-	-
Outras variações no capital próprio	12	32.348.470,47	30.784.067,69	5,08%
Resultado líquido do período		(21.166,22)	(20.236,70)	4,59%
Interesses minoritários		-	-	-
<b>Total do Capital Próprio</b>		<b>32.617.851,11</b>	<b>31.074.614,55</b>	<b>4,97%</b>
<b>PASSIVO</b>				
<b>Passivo não corrente:</b>				
Provisões		-	-	-
Financiamentos obtidos	15	-	-	-
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		-	-	-
Passivos por impostos diferidos		-	-	-
Outras contas a pagar	15	9.391.458,46	8.937.277,01	5,08%
		<b>9.391.458,46</b>	<b>8.937.277,01</b>	<b>5,08%</b>
<b>Passivo corrente:</b>				
Fornecedores	15	2.963,17	19.979,32	-85,17%
Adiantamentos de clientes		-	-	-
Estado e outros entes públicos	15	17.505,52	17.040,26	2,73%
Acionistas/sócios		-	-	-
Financiamentos obtidos	15	-	-	-
Outras contas a pagar	15	69.041,99	68.991,46	0,07%
Diferimentos	15	410,40	410,40	-
Passivos financeiros detidos para negociação		-	-	-
Outros passivos financeiros		-	-	-
Passivos não correntes detidos para venda		-	-	-
		<b>89.921,08</b>	<b>106.421,44</b>	<b>-15,50%</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>9.481.379,54</b>	<b>9.043.698,45</b>	<b>4,84%</b>
<b>Total do Capital Próprio e do Passivo</b>		<b>42.099.230,65</b>	<b>40.118.313,00</b>	<b>4,94%</b>

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS (€)		31/12/2016	31/12/2015	Variação %
	Notas	(1)	(1)	(1)-(2)
<b>Rendimentos e Gastos</b>				
Vendas e serviços prestados		-	-	-
Subsídios à exploração		-	-	-
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		-	-	-
Variação nos inventários da produção		-	-	-
Trabalhos para a própria entidade	3.4	552.469,50	523.436,07	-5,55%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-	-	-
Fornecimentos e serviços externos	17	(115.987,80)	(116.173,99)	-0,16%
Gastos com o pessoal	6.1 / 15	(457.224,99)	(427.428,04)	6,97%
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		-	-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-	-	-
Provisões (aumentos/reduções)		-	-	-
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-	-
Aumentos/reduções de justo valor		-	-	-
Outros rendimentos e ganhos	11 / 17	18.802,44	17.508,96	7,39%
Outros gastos e perdas	17	(9.350,44)	(3.693,71)	153,14%
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)</b>		<b>(11.291,29)</b>	<b>(6.350,71)</b>	<b>77,80%</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7 / 8	(8.160,02)	(11.953,07)	-31,73%
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-	-
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) (EBIT)</b>		<b>(19.451,31)</b>	<b>(18.303,78)</b>	<b>6,27%</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		-	-	-
Juros e gastos similares suportados		-	-	-
<b>Resultado antes de impostos (EBT)</b>		<b>(19.451,31)</b>	<b>(18.303,78)</b>	<b>-6,27%</b>
Imposto sobre o rendimento do período	13	(1.714,91)	(1.932,92)	-11,28%
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>(21.166,22)</b>	<b>(20.236,70)</b>	<b>4,59%</b>

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES (€)	31/12/2016	31/12/2015	Variação %
Notas	(1)	(1)	(1)-(2)
<b>Rendimentos e Gastos</b>			
Vendas e serviços prestados	-	-	-
Custo das vendas e dos serviços prestados	-	-	-
<b>Resultado bruto</b>	-	-	-
Outros rendimentos	552.469,50	540.945,03	2,13%
Gastos de distribuição	-	-	-
Gastos administrativos	(554.410,35)	(543.602,03)	1,99%
Gastos de investigação e desenvolvimento	-	-	-
Outros gastos	(17.510,46)	(15.646,78)	11,91%
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>(19.451,31)</b>	<b>(18.303,78)</b>	<b>6,27%</b>
Gastos de financiamento (líquidos)	-	-	-
<b>Resultados antes de impostos</b>	<b>(19.451,31)</b>	<b>(18.303,78)</b>	<b>6,27%</b>
Imposto sobre o rendimento do período	(1.714,91)	(1.932,92)	11,28%
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>(21.166,22)</b>	<b>(20.236,70)</b>	<b>4,59%</b>

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DE 2016	Notas	Capital realizado	...	...	...	Reservas legais	Resultados transitados	...	...	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	...	Total do Capital Próprio
<b>POSIÇÃO EM 01-01-2015</b>		<b>1.075.000,00</b>				<b>9.654,04 -</b>	<b>(748.738,27) -</b>	-	-	<b>29.350.184,45</b>	<b>(25.132,21)</b>	<b>28.660.968,01</b>	-	<b>29.660.968,01</b>
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>														
Primeira adoção de novo referencial contábilístico		-				- -	- - -			-	-	- -	-	-
Alterações de políticas contábilísticas		-				- -	- - -			-	-	- -	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-				- -	- - -			-	-	- -	-	-
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis		-				- -	- - -			-	-	- -	-	-
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações		-				- -	- - -			-	-	- -	-	-
Atribuição de subsídio ao investimento		-				- -	- - -			2.008.125,00	-	2.008.125	-	2.008.125,00
Quantia de imposto associado ao subsídio ao investimento		-				- -	- - -			(564.978,13)	-	(564.978,13)	-	(564.978,13)
Transferência de subsídio ao investimento a resultados		-				- -	- - -			(9.263,63)	-	(9.263,63)	-	(9.263,63)
Aplicação de resultados		-				- -	(25.132,21) -	-	-	-	25.132,21	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-				- -	- - -			-	-	- -	-	-
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>		-				- -	<b>(25.132,21) -</b>	-	-	<b>1.433.883,24</b>	<b>25.132,21</b>	<b>1.433.883,24</b>	-	<b>1.433.883,24</b>
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>	=2+3	-				- -	- - -			-	<b>(20.236,70)</b>	<b>(20.236,70)</b>	-	<b>(20.236,70)</b>
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>												<b>1.413.646,54</b>	-	<b>1.413.646,54</b>
Realizações de capital		- - - -				- -	- - -			-	-	- -	-	-
Realizações de prêmios de emissão		- - - -				- -	- - -			-	-	- -	-	-
Distribuições		- - - -				- -	- - -			-	-	- -	-	-
Entradas para cobertura de perdas		- - - -				- -	- - -			-	-	- -	-	-
Outras operações		- - - -				- -	- - -			-	-	- -	-	-
<b>POSIÇÃO NO FIM DE 31-12-2015</b>	=1+2+3+5	<b>1.075.000,00</b>	-	-	-	<b>9.654,04 -</b>	<b>(773.870,48) -</b>	-	-	<b>30.784.067,69</b>	<b>(20.236,70)</b>	<b>31.074.615,55</b>	-	<b>31.074.614,55</b>
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>														
Primeira adoção de novo referencial contábilístico		- - - -				- -	- - -			-	-	- -	-	-
Alterações de políticas contábilísticas		- - - -				- -	- - -			-	-	- -	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		- - - -				- -	- - -			-	-	- -	-	-
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis		- - - -				- -	- - -			-	-	- -	-	-
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações		- - - -				- -	- - -			-	-	- -	-	-
Atribuição de subsídio ao investimento		- - - -				- -	- - -			2.026.744,25	-	2.026.744,25	-	2.026.744,25
Quantia de imposto associado ao subsídio ao investimento		- - - -				- -	- - -			(456.017,45)	-	(456.017,45)	-	(456.017,45)
Transferência de subsídio ao investimento a resultados		- - - -				- -	- - -			(6.324,02)	-	(6.324,02)	-	(6.324,02)
Aplicação de resultados		- - - -				- -	(20.236,70) -	-	-	-	20.236,70	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		- - - -				- -	- - -			-	-	- -	-	-
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>		- - - -				- -	<b>(20.236,70) -</b>	-	-	<b>1.564.402,78</b>	<b>20.236,70</b>	<b>1.564.402,78</b>	-	<b>1.564.402,78</b>
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>	=7+8	- - - -				- -	- - -			-	<b>(21.166,22)</b>	<b>(21.166,22)</b>	-	<b>(21.166,22)</b>
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>												<b>1.543.236,56</b>	-	<b>1.543.236,56</b>
Realizações de capital		- - - -				- -	- - -			-	-	- -	-	-
Realizações de prêmios de emissão		- - - -				- -	- - -			-	-	- -	-	-
Distribuições		- - - -				- -	- - -			-	-	- -	-	-
Entradas para cobertura de perdas		- - - -				- -	- - -			-	-	- -	-	-
Outras operações		- - - -				- -	- - -			-	-	- -	-	-
<b>POSIÇÃO NO FIM DE 31-12-2016</b>	0 1=6+7+8+10	<b>1.075.000,00</b>	-	-	-	<b>9.654,04 -</b>	<b>(794.107,18) -</b>	-	-	<b>32.348.470,07</b>	<b>(21.166,22)</b>	<b>32.617.851,11</b>	-	<b>32.617.851,11</b>

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	31/12/2016	31/12/2015
Notas	(1)	(1)
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto</b>		
Recebimentos de clientes	-	-
Pagamentos a fornecedores	(32.998,52)	(112.279,27)
Pagamentos ao pessoal	(247.189,39)	(224.121,55)
<b>Caixa gerada pelas operações</b>	<b>(380.187,91)</b>	<b>(336.400,82)</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(1.701,72)	(1.630,34)
Outros recebimentos/pagamentos	(148.039,53)	9.304,03
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</b>	<b>(529.929,16)</b>	<b>(328.727,13)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>		
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Ativos fixos tangíveis	(694.756,25)	(1.477.203,17)
Ativos intangíveis	-	-
Investimentos financeiros	-	-
Outros ativos	-	-
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Ativos fixos tangíveis	-	-
Ativos intangíveis	-	-
Investimentos financeiros	-	-
Outros ativos	-	-
Subsídios ao investimento	2.026.744,25	2.008.125,00
Juros e rendimentos similares	-	-
Dividendos	-	-
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)</b>	<b>1.331.988,00</b>	<b>530.921,83</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Financiamentos obtidos	-	-
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	-
Cobertura de prejuízos	-	-
Doações	-	-
Outras operações de financiamento	-	-
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Financiamentos obtidos	-	-
Juros e gastos similares	-	-
Dividendos	-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	-
Outras operações de financiamento	-	-
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>	<b>802.058,84</b>	<b>202.194,70</b>
Efeito das diferenças de câmbio	-	-
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	<b>1.161.360,50</b>	<b>959.165,80</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>1.963.419,34</b>	<b>1.161.360,50</b>



## 8. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## NOTA 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Metro Mondego, SA é uma sociedade anónima, constituída a 20 de maio de 1996, com sede em Rua Rodrigues Gusmão, nº 21, 3000-345 Coimbra, e tem como atividade principal a exploração de uma rede de metropolitano ligeiro de superfície da área dos Municípios de Coimbra, Lousã e Miranda do Corvo

O capital social é representado por 1.075.000 ações, com valor nominal de 1,00€, encontrando realizado na totalidade.

## NOTA 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-lei n.º 158/2009 de 13 de julho com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei n.º 98/2015 de 2 de junho.

2.2. Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e dos resultados da entidade.

2.3. O conteúdo das contas das demonstrações financeiras é comparável com o do ano anterior.

2.4. A entidade adotou as NCRF pela primeira vez em 2010 aplicando para o efeito a “NCRF 3 – Adoção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro”, desta forma a entidade preparou o balanço de abertura a 1 de Janeiro de 2010, considerando as isenções e/ou proibições de aplicação retrospectiva previstas na NCRF 3. As demonstrações financeiras de 2009, preparadas e aprovadas de acordo com o anterior referencial contabilístico, foram alteradas de modo a que sejam comparáveis com as demonstrações financeiras de 2010.

### NOTA 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas pela Entidade na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

#### 3.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras (BADF):

##### 3.1.1. PRESSUPOSTO DA CONTINUIDADE

No âmbito do pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade da entidade prosseguir com o seu negócio. Da avaliação resultou que o negócio tem condições de prosseguir presumindo-se a sua continuidade, mesmo que os seus ativos e passivos sejam incorporados noutra entidade

##### 3.1.2. PRESSUPOSTO DO ACRÉSCIMO

Os elementos das demonstrações financeiras são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

##### 3.1.3. CONSISTÊNCIA DE APRESENTAÇÃO

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras está consistente de um período para o outro.

##### 3.1.4. MATERIALIDADE E AGREGAÇÃO

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode, porém, ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração de alterações no capital próprio e na demonstração de fluxos de caixa ou no anexo.



### 3.1.5. COMPENSAÇÃO

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados exceto quando tal for exigido ou permitido por uma NCRF. Assim, o rédito deve ser mensurado tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos de volume concedidos pela Entidade. A Entidade empreende, no decurso das suas atividades ordinárias, outras transações que não geram rédito mas que são inerentes às principais atividades que o geram. Os resultados de tais transações são apresentados, quando esta apresentação reflita a substância da transação ou outro acontecimento, compensando qualquer rendimento com os gastos relacionados resultantes da mesma transação.

Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

### 3.1.6. INFORMAÇÃO COMPARATIVA

A informação está comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa foi incluída para a informação narrativa e descritiva quando é relevante para uma compreensão das demonstrações financeiras do período corrente, a menos que uma NCRF o permita ou exija de outra forma.

A informação narrativa proporcionada nas demonstrações financeiras relativa a períodos anteriores que continua a ser relevante no período corrente é divulgada novamente.

A comparabilidade da informação inter-períodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

## 3.2. POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

### 3.2.1. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer. A entidade definiu como política contabilística a respetiva imputação dos encargos financeiros imputáveis aos ativos fixos tangíveis, afetando diretamente a mensuração dos mesmos.

Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado no capital próprio como excedente de revalorização, exceto se o mesmo reverter num decréscimo previamente reconhecido em resultados, caso em que tal aumento é igualmente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações são registadas diretamente em excedentes de revalorização até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente do excedente de revalorização do mesmo ativo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor remanescente é diretamente reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização incluído no capital próprio associado ao ativo não é reclassificado para resultados, sendo transferido para resultados transitados. Sempre que um bem é revalorizado, todos os bens da sua classe são revalorizados.

Os ativos fixos tangíveis são apresentados pelo respetivo valor líquido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados em duodécimos durante as vidas úteis estimadas:

Equipamento básico	-	3 a 8 anos
Equipamento de transporte	-	4 anos
Equipamento administrativo	-	8 a 20 anos
Outros ativos fixos tangíveis	-	3 a 16 anos

### 3.2.2. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As propriedades de investimento compreendem, essencialmente, imóveis detidos para obter rendas ou valorizações do capital (ou ambos), não se destinando ao uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos ou para venda no curso ordinário dos negócios.

As propriedades de investimento são inicialmente mensuradas ao custo (que inclui custos de transação), subsequentemente, as propriedades de investimento são mensuradas de acordo

com modelo do custo pelo fato de não ser possível determinar com fiabilidade o respetivo justo valor.

Os custos incorridos com propriedades de investimento em utilização nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como um gasto no período a que se referem. As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais para além do inicialmente estimado são capitalizadas.

### 3.2.3. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis são mensurados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas, sendo os dispêndios com atividades de pesquisa reconhecidos como gastos no período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente, sendo o efeito das alterações a estas estimativas reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ativos intangíveis (independentemente da forma como são adquiridos ou gerados) com vida útil indefinida não são amortizados, sendo sujeitos a testes de imparidade com uma periodicidade anual, ou então sempre que haja uma indicação de que o intangível possa estar em imparidade.

Relativamente aos intangíveis com vida útil finita, as respetivas amortizações foram calculadas de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Programas de computador - 3 anos

### 3.2.4. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento do período corresponde à soma do imposto corrente e diferido. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, nestes casos os impostos diferidos são igualmente registados nas respetivas rubricas do capital próprio.

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do período. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros períodos, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, sendo os ativos por impostos diferidos reconhecidos para as diferenças

temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros tributáveis futuros suficientes para compensar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente aprovadas na data de relato.

A compensação entre ativos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: (i) a Entidade tem um direito legal de proceder à compensação entre tais ativos e passivos para efeitos de liquidação; (ii) tais ativos e passivos se relacionam com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal e (iii) a Entidade tem a intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

### 3.2.5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo.

Os ativos financeiros são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados como perdas por imparidade no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é reconhecida em resultados como reversões de perdas por imparidade, não sendo permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

A Entidade desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Entidade desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

### 3.2.6. RECONHECIMENTO DO RÉDITO

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Entidade. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Entidade reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Entidade obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos.

Os rendimentos são reconhecidos na data da realização da prestação dos serviços, ou seja quando incorre nos gastos necessários para a execução dos mesmos, se necessário socorre-se do método da percentagem de acabamento ou do método do lucro nulo na impossibilidade de determinar fiavelmente o desfecho dos contratos de prestação de serviço.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao pressuposto do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos como outros ganhos e perdas líquidos quando existe o direito de os receber.

O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Entidade baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

### 3.2.7. SUBSÍDIOS

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Entidade irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do período durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

### 3.2.8. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os benefícios dos emprego classificam-se em: i) benefícios de curto prazo; ii) benefícios de médio e longo prazo; iii) outros benefícios pós-emprego; e iv) benefícios de cessação.

#### a) Benefícios de curto-prazo

Os benefícios de curto prazo incluem salários, ordenados, contribuições para a Segurança Social, licença por doença, participação nos lucros e gratificações (pagos dentro dos 12 meses) e benefícios não monetários (cuidados médicos, alojamento, automóveis e bens ou serviços gratuitos).

O gasto relativo a participações nos lucros e/ou gratificações é relevado dentro do período em que o trabalhador prestou o seu contributo (desde que exista uma obrigação presente, legal/construtiva e que a mesma possa ser mensurada com fiabilidade).

#### b) Benefícios de médio/longo prazo

Incluem-se nesta rubrica os benefícios relacionados com licença de longo serviço, jubileu ou outros benefícios de longo serviço, benefícios de invalidez de longo prazo, e se não foram liquidáveis dentro de 12 meses, a participação nos lucros, gratificações e remunerações diferidas.

A Entidade reconhece o gasto ou o passivo relativo ao benefício á medida que os trabalhadores vão adquirindo o direito ao mesmo, sendo os mesmos mensurados pelo valor presente.

#### c) Outros benefícios

São ainda considerados benefícios pós-emprego as seguintes rubricas: pensões, outros benefícios de reforma, seguros de vida pós-emprego e cuidados médicos pós-emprego.

#### d) Benefícios de cessação

Resultam de benefícios pagos em consequência da decisão da Entidade cessar o emprego de um empregado antes da data normal de reforma, ou da decisão de um empregado de aceitar a saída voluntária em troca desses benefícios.

#### e) Benefícios de remuneração em capital próprio

Resulta do direito a receber por parte do empregado instrumentos de capital próprio emitidos pela Entidade, ou do facto do valor da obrigação a pagar aos empregados depender do preço futuro de instrumentos financeiros de capital próprio emitidos pela mesma.

### 3.3. OUTRAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES

Nada a referir

### 3.4. JUÍZOS DE VALOR

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

Na determinação dos trabalhos efetuados para a própria entidade foi adotada a seguinte fórmula: Gastos com Pessoal x 98% + Fornecimentos e Serviços Externos x 90%.

### 3.5. ACONTECIMENTO SUBSEQUENTES E PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO.

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos, são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos, são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materialmente relevantes.

### 3.6. PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA DAS ESTIMATIVAS

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

O Estado atribui à Metro Mondego, em exclusivo, a concessão em regime de serviço público, da exploração de um sistema de metro ligeiro de superfície nos Municípios de Coimbra, Miranda do Corvo e Lousã.

A implementação do Projeto prevê a execução em 2 fases distintas, sendo a 1ª fase implementada pela CP e REFER e a 2ª Fase diretamente pela Metro Mondego.

**NOTA 4. FLUXOS DE CAIXA****4.1. COMENTÁRIO DO ÓRGÃO DE GESTÃO SOBRE A QUANTIA DOS SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES QUE NÃO ESTÃO DISPONÍVEIS PARA USO**

Não existem valores de caixa nem de depósitos bancários que apresentem restrições de uso na data do balanço.

**4.2. DESAGREGAÇÃO DOS VALORES INSCRITOS NA RUBRICA DE CAIXA E EM DEPÓSITOS BANCÁRIOS**

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. A caixa e seus equivalentes em 31/12/2016 detalha-se conforme se segue:

CAIXA E SEUS EQUIVALENTES	2015	2016
Outros títulos negociáveis	-	-
Depósitos bancários	1.159.361	1.961.419
Ativos financeiros pelo justo valor	-	-
Caixa	2.000,00	2.000
<b>Total</b>	<b>1.161.361</b>	<b>1.963.419</b>

**NOTA 5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS.****5.1. APLICAÇÃO INICIAL DA DISPOSIÇÃO DE UMA NCRF COM EFEITOS NO PERÍODO CORRENTE OU EM QUALQUER PERÍODO ANTERIOR, OU COM POSSÍVEIS EFEITOS EM PERÍODOS FUTUROS**

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes da adoção inicial das NCRF.

**5.2. ALTERAÇÃO VOLUNTÁRIA EM POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS COM EFEITO NO PERÍODO CORRENTE OU EM QUALQUER PERÍODO ANTERIOR (SENDO IMPRATICÁVEL DETERMINAR A QUANTIA DE AJUSTAMENTO) OU COM POSSÍVEIS EFEITOS EM PERÍODOS FUTUROS**

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.



### 5.3. ALTERAÇÕES EM ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS COM EFEITO NO PERÍODO CORRENTE OU QUE SE ESPERA QUE TENHAM EFEITO EM FUTUROS PERÍODOS

Não se verificaram quaisquer alterações em estimativas contabilísticas.

### 5.4. ERROS MATERIALMENTE RELEVANTES DE PERÍODOS ANTERIORES

Não se verificaram erros materialmente em períodos anteriores.

## NOTA 6. PARTES RELACIONADAS

### 6.1. REMUNERAÇÃO DO PESSOAL CHAVE DA GESTÃO

Unid.: €	2015	2016
Benefício de curto prazo dos empregados	83.914	89.275
Benefícios pós-emprego	-	-
Outros benefícios de longo prazo	-	-
Benefícios por cessação de emprego	-	-
Pagamentos com base em ações	-	-
<b>Total</b>	<b>83.914</b>	<b>89.275</b>

## NOTA 7. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31/12/2015 e em 31/12/2016, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

ATIVO BRUTO (€)	Saldo em 01/01/2015	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Correções e Transf.	Saldo em 31/12/2015	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Correções e Transf.	Saldo em 31/12/2016
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Equipamento básico	103.261	-	-	-	103.261	-	-	-	103.261
Equipamento de transporte	56.873	-	-	-	56.873	-	-	-	56.873
Equipamento administrativo	240.711	4.602	-	-	245.313	4.823	-	-	250.135
Equipamentos biológicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos fixos tangíveis em curso	37.215.521	1.342.535	-	-	38.558.056	1.240.453	-	-	39.798.509
Outros ativos fixos tangíveis	15.909	-	-	-	15.909	1.170	-	-	17.079
	<b>37.632.276</b>	<b>1.347.136</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>38.979.413</b>	<b>1.246.446</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>40.225.859</b>

DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS (€)	Saldo em 01/01/2015	Aumentos	Abates e Alienações	Correções e Transf.	Saldo em 31/12/2015	Aumentos	Abates e Alienações	Correções e Transf.	Saldo em 31/12/2016
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Equipamento básico	102.106	800	-	-	102.906	355	-	-	103.261
Equipamento de transporte	46.623	5.352	-	-	51.975	4.899	-	-	56.873
Equipamento administrativo	232.762	4.467	-	-	237.229	2.288	-	-	239.517
Equipamentos biológicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	14.360	809	-	-	15.169	606	-	-	15.775
	395.851	11.428	-	-	407.279	8.148	-	-	415.426

GASTOS COM DEPRECIAÇÕES (€)	2015	2016
<b>Ativos Fixos Tangíveis</b>		
Terrenos e recursos naturais	-	-
Edifícios e outras construções	-	-
Equipamento básico	800	355
Equipamento de transporte	5.352	4.899
Equipamento administrativo	4.467	2.288
Equipamentos biológicos	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	809	606
<b>Total</b>	<b>11.428</b>	<b>8.148</b>

**NOTA 8. ATIVOS INTANGÍVEIS**

Durante os períodos findos em 31/12/2015 e em 31/12/2016 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

ATIVO BRUTO (€)	Saldo em 01/01/2015	Aumentos	Abates e Alienações	Correções e Transf.	Saldo em 31/12/2015	Aumentos	Abates e Alienações	Correções e Transf.	Saldo em 31/12/2016
Goodwill	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Projetos de desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas de computador	33.937	-	-	-	33.937	-	-	-	33.937
Propriedade industrial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	<b>33.937</b>		-	-	<b>33.937</b>	-	-	-	<b>33.937</b>

AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS (€)	Saldo em 01/01/2015	Aumentos	Abates e Alienações	Correções e Transf.	Saldo em 31/12/2015	Aumentos	Abates e Alienações	Correções e Transf.	Saldo em 31/12/2016
Projetos de desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas de computador	33.400	525	-	-	33.925	12	-	-	33.937
Propriedade industrial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	<b>33.400</b>	<b>525</b>	-	-	<b>33.925</b>	<b>12</b>	-	-	<b>33.937</b>

GASTOS COM AMORTIZAÇÕES (€)	2015	2016
<b>Ativos Intangíveis</b>		
Projetos de desenvolvimento	-	-
Programas de computador	252	12
Propriedade industrial	-	-
Outros ativos intangíveis	-	-
<b>Total</b>	<b>525</b>	<b>12</b>

**NOTA 9. CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS**

Em 2015 e em 2016 não se suportou qualquer encargo de financiamento e como consequência não se procedeu à respetiva capitalização dos mesmos.

## NOTA 10. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Durante os períodos findos em 31/12/2015 e em 31/12/2016, o movimento ocorrido na quantia escriturada das propriedades de investimento, foi o seguinte:

PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO (€)	2015					2016				
	Arrendadas	Para venda	Em desenvolvimento	Adiantamentos	Total	Arrendadas	Para venda	Em desenvolvimento	Adiantamentos	Total
Saldo inicial - quantia bruta	-	-	192.516	-	192.516	-	-	192.516	-	192.516
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dispêndio subsequente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Abates	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reclassificações para/de detidos para venda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Para outras classes de ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De outras classes de ativos - custo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De outras classes de ativos - acerto justo valor	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças cambiais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Variação no justo valor entre anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Ganhos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Perdas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final - quantia bruta	-	-	192.516	-	192.516	-	-	192.516	-	192.516
Saldo inicial - amortizações e perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortizações do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Perdas por imparidade do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final - amortizações e perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final - quantia escriturada líquida	-	-	192.516	-	192.516	-	-	192.516	-	192.516

Na impossibilidade de determinar o justo valor da propriedade de investimento com fiabilidade:

i) Descrição da propriedade de investimento:

Parcela de terreno para construção, com a área total de 2.250 m<sup>2</sup>, confronta a Norte com a Rua do Arnado, Nascente/Sul e Poente com a CP – Caminhos de Ferro Portugueses, EP, omissa na matriz predial urbana da freguesia de Santa Cruz, registado na Conservatória do Registo Predial de Coimbra sob o nº 1111 - freguesia de Santa Cruz, desanexado do nº 1100.

ii) Explicação da razão pela qual o justo valor não pode ser determinado com fiabilidade:

Este investimento nunca fora avaliado. É uma entrada em espécie da CP, EP em 1996 para constituição da sua quota no capital social da empresa (Metro Mondego). Este terreno esteve envolto num protocolo de parceria com a REFER e Câmara Municipal de Coimbra (20 de Julho de 2001) onde previa-se uma permuta de terreno com a construção da sede do Metro Mondego, na nova Estação (Coimbra B). Em 2007 decorrente de alterações ao Projeto de Metropolitano Ligeiro do Mondego a sede passa a estar localizada em Ceira. O protocolo de colaboração deixa de fazer sentido tanto pela alteração de localização da Sede da Metro Mondego como pela anulação dos investimentos a realizar pela REFER. Por outro lado, a presença de possíveis alterações ao projeto e da sociedade levam a uma reorientação dos investimentos, onde seguramente este terreno também será contemplado.

iii) Intervalo de estimativas dentro do qual é altamente provável que o justo valor venha a recair:

É convicção da administração que o justo valor do ativo em causa será seguramente superior ao valor de mensuração.

#### NOTA 11. SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

Os registos dos subsídios ocorreram conforme segue:

SUBSÍDIOS (€)	Balanço						Demonstração de Resultados			
	Capital próprio		Diferimentos		Financiamentos		Imputação de subsídios para investimentos		Subsídios à exploração	
	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016
Subsídios relacionados com ativos	30.784.068	32.348.470	-	-	-	-	11.953	8.160	-	-
Subsídios à exploração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reembolsáveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	30.784.068	32.348.470	-	-	-	-	11.953	8.160	-	-

#### NOTA 12. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

##### 11.1. Autorização para emissão:

a) Data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e indicação de quem autorizou;

Aprovação de Contas em Conselho de Administração a 31 de janeiro de 2017.

b) Indicação sobre se os proprietários, ou outros, têm o poder de alterar as demonstrações financeiras após esta data.

A decisão final de aprovação de contas é conferida em sede de Assembleia Geral.

## 11.2. Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço.

Não foram recebidas informações após a data do balanço acerca de condições que existiam à data do balanço.

**NOTA 13. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO**

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2012 a 2016 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

O Órgão de Gestão da Entidade entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 2012 a 2016.

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO (€)	2015	2016
Imposto corrente	(1.933)	(1.715)
Imposto diferido	-	-
<b>Total</b>	<b>(1.933)</b>	<b>(1.715)</b>

RECONCILIAÇÃO DA TAXA EFETIVA DE IMPOSTOS (€)	2015	2016
Resultados Antes de Impostos	(18.304)	(19.451)
Imposto sobre o Rendimento do Exercício	(1.933)	(1.715)
<b>Taxa média efetiva de imposto</b>	<b>10,56%</b>	<b>8,82%</b>

**NOTA 14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

A Entidade desenvolve uma variedade de instrumentos financeiros, no âmbito da sua política de gestão, nomeadamente:

OUTROS CRÉDITOS A RECEBER (€)	2015	2016
Fornecedores (saldos contrários)	344	339
Adiantamentos e outras operações com o pessoal		-
Empresas do Grupo e Participadas	-	-
Outros acionistas	-	-
Adiantamentos a fornecedores de investimentos	-	-
Devedores por acréscimo de rendimentos	-	-
Juros a Receber	-	-
Faturação a emitir	-	-
Outros acréscimos de rendimentos	-	-
Outros Devedores	8.182	8.182
<b>Total</b>	<b>8.526</b>	<b>8.521</b>

DIFERIMENTOS ATIVOS (€)	2015	2016
<b>Diferimento de gastos</b>		
Obras	-	-
Rendas	-	-
Outros gastos diferidos	13.545	8.091
<b>Total</b>	<b>13.545</b>	<b>8.091</b>

FORNECEDORES (€)	2015	2016
Fornecedores, Conta Corrente	19.979	2.963
Fornecedores, títulos a pagar	-	-
Fornecedores, faturas em rec. e conf.	-	-
<b>Total</b>	<b>19.979</b>	<b>2.963</b>

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS (€)	2015	2016
<b>Saldos Devedores</b>	<b>170.219</b>	<b>116.251</b>
IRC – A Recuperar	-	-
IRC – Pagamento por Conta	5.000	5.000
Retenção imposto s/ rend.	-	-
IVA - Reembolsos Pedidos	165.219	111.251
Restantes Impostos	-	-
Contribuição p/ Seg. Social	-	-
<b>Saldos Credores</b>	<b>17.040</b>	<b>17.505</b>
Corrente		
IRC - A Pagar	702	484
Retenção imposto s/ rend.	7.544	7.819
Retenção imposto s/ rend. - prestacional	-	-
IVA - A Pagar	-	-
Restantes Impostos	-	-
Contribuição p/ Seg. Social	8.794	9.203
Contribuição p/ Seg. Social - prestacional	-	-
Não corrente		
Contribuição p/ Seg. Social - prestacional	-	-



OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR (€)	2015	2016
<b>Não Correntes</b>	<b>8.937.277</b>	<b>9.391.458</b>
Clientes (saldos contrários)	-	-
Pessoal	-	-
Fornecedores de investimentos	-	-
Adiantamentos por conta de vendas	-	-
Impostos Diferidos	-	-
Outros Credores	8.937.277	9.391.458
<b>Corrente</b>	<b>68.991</b>	<b>69.042</b>
Clientes (saldos contrários)	-	-
Pessoal	-	-
Empresas do Grupo e Participadas	-	-
Outros acionistas	-	-
Fornecedores de investimentos	9.803	9.023
Adiantamentos por conta de vendas	-	-
Credores por acréscimos de gastos	-	-
Remunerações a pagar ao pessoal	47.329	48.054
Juros a liquidar	-	-
Outros acréscimos de gastos	6.859	6.965
Outros Credores	5.000	5.000
	9.006.268	9.460.500

DIFERIMENTOS DE RENDIMENTOS (€)	2015	2016
Faturação antecipada	-	-
Projetos em curso	-	-
...	410	410
<b>Total</b>	<b>410</b>	<b>410</b>

De acordo com a FAQ 13 do site da Comissão de Normalização Contabilística, e face ao enquadramento específico do subsídio não reembolsável ao investimento, a quantia de imposto associado ao subsídio ao investimento deixa de ser registada conta de impostos diferidos, passando a ser registada na conta de outros credores. O saldo da conta outros credores não correntes respeita exclusivamente à quantia de imposto associado ao subsídio ao investimento.

**NOTA 15. BENEFÍCIO DOS EMPREGADOS**

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2016 foi de 15 pessoas (15 pessoas em 31/12/2015).

GASTOS COM O PESSOAL (€)	2015	2016
Remunerações dos Órgãos Sociais	83.914	89.275
Remunerações do pessoal	256.524	270.324
Indemnizações	-	-
Encargos sobre Remunerações	78.209	88.050
Seguro Ac. Trab. e Doenças Profi.	3.390	3.444
Estimativa para participação nos lucros	-	-
Outros gastos com Pessoal	5.391	6.132
<b>Total</b>	<b>427.428</b>	<b>457.225</b>

**NOTA 16. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS**

Nada a referir

**NOTA 17. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES**

Unid.: €	2015	2016
<b>Serviços de revisão legal de contas</b>		
Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, SROC LDA	9.631	9.631
<b>Outros Serviços que não o de revisão legal de contas</b>		
Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, SROC LDA	-	-
<b>Total</b>	<b>9.631</b>	<b>9.631</b>

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS (€)	2015	2016
<b>Subcontratos</b>	-	-
<b>Serviços especializados</b>	<b>61.903</b>	<b>61.537</b>
Trabalhos especializados	59.281	59.255
Publicidade e propaganda	-	27
Vigilância e segurança	1.097	1.097
Honorários	-	-
Comissões	-	-
Conservação e reparação	1.273	1.075
...		
Outros	252	83
<b>Materiais</b>	<b>934</b>	<b>1.357</b>
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	33	-
Livros e documentação técnica	318	322
Material de escritório	532	990
Artigos para oferta	51	-
...		
Outros	-	45
<b>Energia e fluidos</b>	<b>6.939</b>	<b>6.725</b>
Eletricidade	5.248	5.126
Combustíveis	1.301	1.180
Água	390	393
...		
Outros	-	25
<b>Deslocações, estadas e transportes</b>	<b>323</b>	<b>891</b>
Deslocações e estadas	323	891
Transportes de pessoal	-	-
Transportes de mercadorias	-	-
...		
Outros	-	-
<b>Serviços diversos</b>	<b>46.075</b>	<b>45.478</b>
Rendas e alugueres	36.502	36.900
Comunicação	3.454	3.364
Seguros	2.783	2.782
Royalties	-	-
Contencioso e notariado	597	-
Despesas de representação	-	-
Limpeza, higiene e conforto	2.154	2.112
Outros serviços	585	320
<b>Total</b>	<b>116.174</b>	<b>115.988</b>

OUTROS GASTOS	2015	2016
<b>Impostos</b>	319	438
Impostos diretos	-	-
Impostos indiretos:	316	315
Taxas	3	123
<b>Gastos e perdas em investimentos não financeiros:</b>	-	5.552
Alienações	-	-
Sinistros	-	-
Abates	-	-
Gastos em propriedades de investimento	-	-
... ..		
Outros gastos e perdas	-	5.552
<b>Outros *</b>	3.375	3.360
Correções relativas a períodos anteriores	1.000	1.000
Donativos	-	-
Quotizações	2.375	2.360
Ofertas e amostras de inventários	-	-
Insuficiência da estimativa para impostos	-	-
Perdas em instrumentos financeiros *	-	-
... ..		
Outros não especificados	-	-
<b>Juros suportados</b>		
Outros juros	-	-
<b>Total</b>	<b>3.694</b>	<b>9.350</b>

OUTROS RENDIMENTOS	2015	2016
Rendimentos suplementares	4.925	4.925
Serviços sociais	-	-
Aluguer de equipamento	-	-
Estudos, projetos e assistência tecnológica	-	-
Royalties	-	-
Desempenho de cargos sociais noutras empresas	-	-
Outros rendimentos suplementares	4.925	4.925
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	-	5.718
Alienações	-	-
Sinistros	-	-
Rendas e outros rendimentos em propriedades de investimento	-	-
... ..		
Outros rendimentos e ganhos	-	5.718
Outros *	12.584	8.160
Correções relativas a períodos anteriores	631	-
Imputação de subsídios para investimentos	11.953	8.160
<b>Total</b>	<b>17.509</b>	<b>18.802</b>

**Anexo à Demonstração dos Fluxos de Caixa****Ano de 2016**

**1 – Relativamente à aquisição ou alienação de filiais e outras atividades empresariais, quando se tratar de operação materialmente relevante:**

**1.1 – Aquisição**

a) Preço total da aquisição	<i>Nada a assinalar</i>
b) Parcela paga por meio de caixa e seus equivalentes	<i>Nada a assinalar</i>
c) A quantia de caixa e equivalentes a caixa existente na filial ou atividade adquirida	<i>Nada a assinalar</i>

**1.2– Alienação**

a) Preço total da alienação	<i>Nada a assinalar</i>
b) Parcela recebida por meio de caixa e seus equivalentes	<i>Nada a assinalar</i>
c) A quantia de caixa e equivalentes a caixa existente na filial ou atividade alienada	<i>Nada a assinalar</i>

**2 – Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes**

Unid.: €	2015	2016
Numerário	2.000	2.000
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	1.159.361	1.961.419
Equivalentes a caixa:		
Títulos negociáveis		
Ações de outras empresas	-	-
Obrigações e títulos de participação de outras empresas	-	-
Títulos de dívida pública	-	-
Outros títulos negociáveis	-	-
Caixa e seus equivalentes	1.161.361	1.963.419
Outras disponibilidades:		
Depósitos a prazo	-	-
Outros depósitos bancários	-	-
Títulos negociáveis:		
Ações:		
Empresas do grupo	-	-
Empresas associadas	-	-
Obrigações e títulos de participação:		
Empresas do grupo	-	-
Empresas associadas	-	-
Outras aplicações de tesouraria	-	-
Disponibilidades Constantes do Balanço	1.161.361	1.963.419

**3 – Divulgação de informações respeitantes a atividades financeiras não monetárias:**

a) Montante dos créditos bancários concedidos e não sacados que possa ser utilizado para futuras atividades operacionais e para satisfazer compromissos financeiros	<i>Nada a assinalar</i>
b) Compra de uma empresa através da emissão de ações	<i>Nada a assinalar</i>
c) Conversão de dívida em capital	<i>Nada a assinalar</i>

**4 – Repartição do fluxo de caixa por ramos de atividades e zonas geográficas, caso tenha sido adotada a mesma divisão segmentada nas demais peças das demonstrações financeiras**

Nada a assinalar

**5 – Divulgação das quantias agregadas dos fluxos de caixa das atividades operacionais, de investimento e de financiamento relacionadas com interesses em empreendimentos conjuntos, caso seja utilizado o método da consolidação proporcional**

Nada a assinalar

**6 – Quantia agregada dos fluxos de caixa que representem acréscimo da capacidade operacional, em separado dos fluxos que sejam exigidos para manter a capacidade operacional**

Nada a assinalar

**7 – Outras informações necessárias à compreensão da demonstração dos fluxos de caixa, designadamente as previstas na regulamentação contabilística específica em vigor e as relativas a rubricas que sejam criadas por iniciativa da própria empresa**





## 9. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS



Rosa Lopes, Gonçalves Mendes &amp; Associados SROC, Lda.

1/3  
A**CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS****RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****Opinião**

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **METRO MONDEGO, S.A.** que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 42.099.230,65 euros e um total de capital próprio de 32.617.851,11 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 21.166,22 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **METRO MONDEGO, S.A.**, em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

**Bases para a opinião**

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

**Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas n.º 116 - NIPC 503 109 797

Rua D. João de Castro 71 C - 4.º Dt.º - Apartado 148

2334 909 ENTRONCAMENTO

Tel +351 249 720 080 Fax +351 249 720 089

Email [geral@rlgm.pt](mailto:geral@rlgm.pt) - [www.rlgm-sroc.com](http://www.rlgm-sroc.com)



Rosa Lopes, Gonçalves Mendes &amp; Associados SROC, Lda.

2/3  
J**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas nº. 116 - NIPC 503 109 797

Rua D. João de Castro 71 C - 4º Dt.º - Apartado 148

2334 909 ENTRONCAMENTO

Tel +351 249 720 080 Fax +351 249 720 089

Email: geral@rlgm.pt - www.rlgm-sroc.com



Rosa Lopes, Gonçalves Mendes &amp; Associados SROCC, Lda.

3/3

**RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES****Sobre o relatório de gestão**

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Coimbra, 17 de março de 2017

Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, S.R.O.C., Lda

representada por

José de Jesus Gonçalves Mendes (ROC nº 833)

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas nº 116 - NIPC 503 109 797  
Rua D. João de Castro 71 C - 4º Dt.º - Apartado 148  
2334 SOS ENTRONCAMENTO  
Tel +351 249 720 080 Fax +351 249 720 089  
Email: [geral@rlgm.pt](mailto:geral@rlgm.pt) - [www.rlgm-sroc.com](http://www.rlgm-sroc.com)

## 10. RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO





Rosa Lopes, Gonçalves Mendes &amp; Associados SROC, Lda.

1/2  
D**RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO****Senhores Acionistas:**

1. Nos termos do mandato que nos foi conferido e nas demais disposições legais e estatutárias apresentamos o nosso Relatório e Parecer sobre as Contas e o Relatório de gestão, bem como sobre proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração da **METRO MONDEGO, S.A.**, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.

2. No âmbito das nossas atribuições e competências acompanhámos, com a periodicidade e extensão consideradas adequadas, a atividade da empresa, tendo recebido da Administração e dos Serviços Administrativos da empresa todos os elementos e esclarecimentos que entendemos necessários para o desempenho das nossas funções.

3. Emitimos parecer favorável sobre instrumentos previsionais para o ano de 2017, embora subordinado aos constrangimentos explicitados nos pressupostos à elaboração do plano e orçamento apresentado pela empresa.

4. Analisámos as demonstrações financeiras semestrais e respetiva documentação de suporte no âmbito das nossas atribuições, tendo emitido o correspondente Relatório.

5. Verificámos a concordância da informação financeira constante do Relatório do Conselho de Administração com a informação veiculada pelos demais documentos de prestação de contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.

6. A empresa deu igualmente cumprimento às demais orientações legais vigentes para o SEE, designadamente as reduções remuneratórias.

7. Nos termos do disposto no artigo 7º do Estatuto do gestor público (DL nº 71/2007 de 27 de Março), os membros não executivos do órgão de administração, expressaram uma opinião positiva, sobre o desempenho individual do gestor executivo, bem como sobre as estruturas e mecanismos de governo em vigor na empresa.

8. Na qualidade de Revisor Oficial de Contas da empresa, procedemos a emissão da Certificação Legal das Contas que para todos os efeitos, aqui se dá como integralmente reproduzida.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas nº. 116 - NIPC 503 109 797

Rua D. João de Castro 71 C - 4º Dt.º - Apartado 148

2334 909 ENTRONCAMENTO

Tel +351 249 720 080 Fax +351 249 720 089

Email: [geral@rlgm.pt](mailto:geral@rlgm.pt) - [www.rlgm-sroc.com](http://www.rlgm-sroc.com)



Rosa Lopes, Gonçalves Mendes &amp; Associados SROC, Lda.

2/2

9. Na qualidade de Fiscal Único, e em cumprimento do disposto no nº 2 do art.º 54º do Decreto-Lei nº133/2013 de 3 de Outubro, entendemos que o "Relatório de Boas Práticas de Governo Societário" cumpre os deveres de relato estabelecidos.

10. Entendemos que os documentos de prestação de contas apresentados permitem, quando lidos em conjunto, uma boa compreensão da situação financeira da **METRO MONDEGO, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2016, bem como o resultado das suas operações do exercício findo naquela data.

11. Nestes termos somos de parecer:

- a) Que sejam aprovados o Relatório do Conselho de Administração, bem como o Balanço, a Demonstração de resultados por natureza e por funções, a Demonstração dos fluxos de caixa e os correspondentes Anexos apresentados, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.
- b) Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

12. Finalmente o Fiscal Único deseja agradecer a Administração e nos Serviços da Empresa toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Coimbra, 2 de Março de 2017

O FISCAL ÚNICO

  
José de Jesus Gonçalves Mendes

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas nº. 116 - NIPC 503 103 797

Rua D. João de Castro 71 C - 4º Dt.º - Apartado 148

2334 000 ENTRONCAMENTO

Tel +351 249 720 080 Fax +351 249 720 089

Email [geral@rlgm.pt](mailto:geral@rlgm.pt) - [www.rlgm-sroc.com](http://www.rlgm-sroc.com)